

ACTA N.º 10

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 23-02-23**

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e três, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal sob a Presidência do senhor **Luis Filipe Alves Ribeiro Antunes**, secretariado pelos senhores Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves e Ana Cristina de Jesus Almeida Coelho, primeiro e segundo secretários respectivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes os seguintes membros: -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os senhores: -----
António Manuel dos Santos Rodrigues, Ricardo José Pires Antunes, Francisco José Velez Gaspar, Pedro Miguel Calado Gomes e António Manuel Henriques Miguel. -----

----- **Em representação do Partido Social Democrata**, os senhores: -----
Maria Paula Barral Carloto de Castro, Carlos Manuel Dores Alves, Patrícia Gonçalves Pimenta, Susana Paula Matos Vieira Cruz, Dominique Gaspar Ventura, e Teresa Maria de Carvalho Pereira Lucas. -----

----- **Em representação Independente**, os senhores: -----
Carlos Pedro Lopes Gomes Antunes Monteiro e Fernando Manuel Andrade Farinha. -----

----- **Em representação do Partido Chega**, a senhora: -----
Carla Sofia Lopes Sarroeira. -----

----- **Em representação da Coligação Democrática Unitária**, o senhor: -----
Bruno Filipe Nunes Farinha do Nascimento e Melo. -----

----- **Em representação do Centro Democrático Social – Partido Popular**, o senhor: -----
Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

----- **Em representação do Bloco de Esquerda**, a senhora: -----
Maria do Céu dos Santos Carvalho. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor: -----
Ezequiel Soares Estrada. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor: ----
Rui Cardoso Maurício. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, a Vice-Presidente Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim e os Vereadores, senhores, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Anabela Valente de Carvalho e Luis José da Silva Forinho. -----

----- Não compareceram a esta Sessão, o Presidente da Câmara Municipal, Jorge Manuel Alves de Faria, o Vereador Rui Pedro Dias Gonçalves, cujas faltas foram justificadas e, o deputado Leonardo de Pinho Rodrigues (PSD). -----

----- **O Presidente da Assembleia** deu início à sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos. -----

----- Foi dada posse ao elemento que, pela primeira vez, integra a Assembleia Municipal. -----

----- Após a leitura da ata de instalação, efetuada pela primeira secretária desta Assembleia Municipal, foi dada posse a: -----

----- **António Manuel dos Santos Rodrigues**, que substituiu o deputado Mário André Balsa Gonçalves, por este ter requerido substituição por período inferior a trinta dias; -----

----- Foi efetuada a leitura dos elementos, já empossados, que se encontram a substituir os deputados que requereram substituição por período inferior a trinta dias: -----

----- **Carlos Manuel Dores Alves**, que substituiu o deputado Tiago Nuno Alfredo Lima Pereira; -----

----- **Patrícia Gonçalves Pimenta**, que substituiu o deputado Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta; -----

----- A senhora deputada **Paula Carloto**, pediu a palavra para questionar se o deputado Leonardo de Pinho Rodrigues, havia enviado e-mail a solicitar a sua substituição, sendo informada pelo Senhor Presidente que, até à hora de fecho dos Serviços, nenhum pedido chegou à Assembleia Municipal, pelo que não foi convocado nenhum elemento para o substituir. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia informou ainda que, a deputada Lúcia Abelha pediu o prolongamento da licença de parentalidade, por mais noventa dias, que terminará nos finais de abril, tendo a mesma manifestado, por escrito, interesse em retomar as suas funções nessa altura. -----

----- Assim, o senhor **António Manuel Henriques Miguel**, substituiu a senhora deputada Lúcia Dias Abelha. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a ata número nove, da Sessão de trinta de setembro, à discussão e posterior votação. -----

ACTA NÚMERO NOVE: -----

----- Uma vez que ninguém se quis manifestar em relação à ata número nove, o Presidente da Assembleia colocou-a à votação. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO NOVE: -----

----- A ata número nove foi **aprovada por unanimidade** pelos presentes, de acordo com o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Processo Administrativo (CPA). -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia**, para informar que o senhor Presidente da Câmara se encontra de licença, pelo que não poderá estar presente, encontrando-se substituído pela senhora Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim. -----

----- Informou que o senhor Vereador **Rui Gonçalves** enviou e-mail a comunicar a sua indisponibilidade de estar presente nesta Sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Felicitou também os trabalhadores que se encontram a apoiar os trabalhos desta Assembleia. -----

----- Fez ainda uma breve referência à reunião do Conselho Municipal de Segurança referindo a formação de um grupo de trabalho que está a organizar uma carta de cidadania, para sensibilização dos mais jovens para as questões da civildade e da vida em comunidade, bem como a organização, no próximo ano letivo, de uma semana da cidadania, envolvendo as escolas e instituições da comunidade no sentido de sensibilizar para as questões da segurança e da cidadania. -----

----- Entrou-se de seguida no período de antes da ordem do dia. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Recebemos quatro documentos que vamos aqui analisar e debater, sendo que a primeira proposta de recomendação que nos chegou foi da parte do CDS-PP, pelo que dou a palavra ao senhor deputado Pedro Gonçalves. -----

----- O senhor **deputado Pedro Gonçalves**, depois de cumprimentar todos os deputados municipais e todos aqueles que nos seguem através dos meios digitais, apresentou a proposta de recomendação que se transcreve na íntegra: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

«Recomendação ao Executivo Municipal -----

regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano -----

O arvoredo das cidades, foi e é uma preocupação de todos os municípios. -----

O arvoredo é algo indispensável à vida, são as árvores que tornam o Dióxido de Carbono em Oxigénio vital à vida no Planeta Terra. -----

Antes de existir o Homem, os povoamentos, as aldeias, as vilas, as cidades, já as árvores existiam e já eram fundamentais. -----

Com o aparecimento da sociedade e da sua evolução até aos dias que correm, as Árvores foram sendo mantidas nas cidades, como meio de ornamento e de sustentabilidade ambiental. -----

A preocupação com o ornamentar as cidades com árvores, levou ao aparecimento de árvores diferentes das árvores existentes na nossa flora autóctone. -----

Essa preocupação de ornamentar as cidades levou a que fossem escolhidas árvores para as cidades que não são adequadas ao meio envolvente. -----

A inadequação de algumas das árvores às urbes e aos terrenos onde foram plantadas leva a prejuízos de várias índoles, desde os prejuízos ambientais, prejuízos para os municípios, prejuízos para os municípios. -----

A falta de manutenção das árvores plantadas, tanto da via pública, como nos terrenos privados, leva muitas vezes ao limitar da iluminação pública, à queda de ramos ou mesmo à queda das árvores, provocando problemas de segurança ou até prejuízos. -----

A nossa cidade, tal como muitas outras tem um património de arvoredo, inadequado à nossa urbe, e que muitos destes constrangimentos nos coloca. Isto coloca-nos um desafio de substituir o nosso arvoredo, por arvoredo adequado e autóctone, assim como de uma manutenção regular e regulada. ---

Assim e para fazer cumprir a Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto que no seu Artigo 8.º -----

Ponto 1 que refere “No âmbito das suas atribuições, compete aos municípios elaborar e aprovar um regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano, no prazo de um ano a contar da data da publicação da presente lei.”, vem o Eleito Municipal pelo CDS-PP recomendar que se comece a elaborar um regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano. -----

Recomenda ainda que, face à importância para a qualidade de vida no espaço urbano e de forma a que o processo de construção do regulamento seja, simultaneamente, participado e promotor do esclarecimento dos cidadãos relativamente às melhores práticas na gestão do arvoredo, a Câmara Municipal promova uma Sessão Pública de apresentação e discussão do regulamento junto da população.» -----

----- Após a leitura da “Recomendação”, o senhor **deputado Pedro Gonçalves** acrescentou: Esta é a nossa proposta, mas, antes de mais, quero referir que esta Lei, n.º 59 de 2021, supunha que, a 18 de agosto de 2022, todos os nossos municípios portugueses tivessem este regulamento. Devo lembrar que, creio que, a 28 de fevereiro de 2018, nesta mesma Câmara, nesta mesma Assembleia, foi apresentada esta mesma proposta, à exceção da lei, porque a lei ainda não existia. -----

----- À data, foi chumbada, pelos votos da maioria PS, abstenção do PSD; o Bloco de Esquerda e a CDU juntaram-se a esta Moção. -----

----- Cabe-me dizer que, como o Excelentíssimo Presidente, que hoje não está presente nesta reunião, me disse, e tem dito noutras reuniões, por vezes, nós, se calhar, temos pensamento demasiado à frente. Ou então, temos um pensamento estratégico para o Município, coisa que não aconteceu nos últimos anos. Porque esta Lei devia estar implementada. Nós estamos em incumprimento. A Lei diz que devia de ser após um ano. -----

----- Por isso, cabe a esta Câmara propor e recomendar ao Município que elabore este regulamento e que, na próxima Assembleia, *quiçá*, já esteja o Regulamento para aprovação, aqui nesta Assembleia. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: É um ponto de ordem à Mesa. Nós reparámos que há aqui uma proposta do Bloco de Esquerda que, naquilo que é substantivo e relevante, é igualmente idêntica a esta proposta apresentada pelo CDS. -----

----- Julgo que as duas propostas, o que querem verdadeiramente, é que se comece a elaborar o regulamento municipal da gestão do arvoredo em meio urbano. Este é, digamos, a questão substantiva das propostas. E, neste sentido, acho que a discussão de uma sem a outra, sai

prejudicada. Eu ia propor aos proponentes, que subsumissem os considerandos. Globalmente, a Assembleia aprovará, julgo eu, uma recomendação desta natureza. -----

----- É que é inútil estarmos a discutir duas moções que vão parar ao mesmo. Portanto, se os proponentes entendessem subsumir aquilo que é importante, numa só, acho que era mais simples para a Assembleia. É apenas uma sugestão. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Eu acho que o debate das duas será produtivo para a cidade. Mas uma tem um propósito concreto, que é a atuação de uma Lei, com a elaboração de um regulamento e pedir à Câmara que o execute e a outra, tem o propósito de ajudar, e se calhar faria sentido a proposta do Bloco de Esquerda ser discutida primeira, porque vai ao encontro dos meus considerandos. -----

----- Agora, a união acaba com a elaboração de uma Lei, que é um Regulamento. É o pedir à Câmara que o execute. -----

----- Acho que pode podem ser discutidas, parcialmente no mesmo ponto, mas têm de ser objeto de discussão e votação diferentes. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: O Bloco de Esquerda propõe, no último ponto, que se elabore e execute urgentemente um plano municipal de arborização do concelho, como medida fundamental de saúde pública; A proposta do CDS diz que se comece a elaborar um regulamento municipal de gestão do arvoredo em meio urbano. Parece-me que estamos a falar rigorosamente da mesma coisa. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Cumprimentou todos os presentes, bem como todos aqueles que nos seguem lá em casa. -----

----- Não versando as duas propostas sobre o mesmo, porque a do Bloco de Esquerda traz no texto deliberativo três propostas, sendo que uma delas é confluyente com a do CDS e tem um enquadramento legislativo que é mencionado pelo CDS. -----

----- Depois, há ali um conjunto de considerandos. O próprio regulamento, deve ser ele, também, um documento estratégico, porque senão, os regulamentos dos municípios deste país eram todos iguais e não, como a própria legislação diz, que estes regulamentos devem servir de base, mas cada município deve atender às suas realidades. -----

----- Julgo que, se calhar, a discussão era frutífera, mas nada melhor que fossem os proponentes cada um deles, quisesse fazer a discussão em separado. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **deputada Céu Carvalho**: Na minha opinião, acho que o assunto é o mesmo, o princípio é o mesmo. Acho que nós nos debruçámos um bocadinho mais em termos de alguns estudos que já existem desde 2015, mas penso que depois, a recomendação e o que é pretendido, vai ao encontro uma da outra. -----

----- Portanto, por mim, não há problema nenhum em fazer um ajuste e ficar uma única. Não existe qualquer problema, porque o fundamental é aquilo que nós reiteramos no final e ambos estamos de acordo com o mesmo. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Para aprovarmos um documento único, ele tem de ser reformulado e apresentado. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Eu propunha que fossem as duas discutidas agora, porque o tema é exatamente o mesmo, mas votadas em separado. Porque uma não invalida a outra. Porque para haver um regulamento, tem de haver um plano e, acho que a discussão tem de ser feita. -----

----- Para não perdermos tempo, para não estarmos aqui, agora, a elaborar uma nova proposta, propunha a discussão das duas e a votação em separado. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Se os proponentes entenderem fazer a análise e votação das propostas em separado, faz-se, obviamente que os proponentes é que têm soberana vontade sobre estas coisas. -----

----- Só que me parece um bocadinho absurdo que, numa mesma assembleia municipal, que não é assim tão grande quanto isso, ter duas moções exatamente iguais, e duas aprovações. Porque até do ponto de vista da força relativa da proposta, ela perde! Estamos a discutir duas coisas praticamente iguais. -----

----- Se o CDS me permite, com todo o respeito, eu acho que a proposta do Bloco de Esquerda aprofunda um bocadinho mais, em termos de recomendação, porque cria aqui princípios em relação à qualificação a valorização do papel da arborização, até é mais “esmiuçada”, digamos assim. -----

----- Eu acho que seria completamente fácil adotar uma recomendação com estes três, quatro ou cinco parágrafos e, efetivamente, fazerem uma só. -----

----- Mas esta é a minha opinião. Agora uma Assembleia, deste tamanho, ter duas recomendações sobre o mesmo tema e as duas votadas, não entendo, mas poderemos votá-las. –

----- Foi dada a palavra à **deputada Céu Carvalho** que leu e apresentou a proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

«Pela Promoção da arborização urbana como medida de saúde pública e sustentabilidade -----

As árvores combatem o excesso de calor urbano devido à sombra que fazem e à evapotranspiração. Um novo estudo científico, publicado na revista The Lancet, demonstrou que o excesso de calor urbano é causa da morte prematura de 6700 pessoas, em 93 cidades europeias, incluindo Lisboa e Porto, nos meses de junho, julho e agosto de 2015. -----

O estudo utiliza dados de satélite e cálculos de exposição térmica para demonstrar que estas mortes foram causadas principalmente pelo aumento da temperatura urbana ao nível do solo, devido à radiação solar e à acumulação de gases com efeito de estufa na atmosfera. -----

Como refere o estudo do Instituto de Saúde Global de Barcelona, as altas temperaturas em ambientes urbanos estão associadas a resultados negativos na saúde, como insuficiência cardiorrespiratória, internamentos hospitalares e mortes. Um terço das mortes prematuras nas cidades europeias, em 2015, poderiam ter sido evitadas caso o número de árvores urbanas tivesse aumentado em 30%. -----

-A arborização urbana deve ser entendida, por isso, como uma medida urgente de saúde pública, com efeitos imediatos e duradouros na melhoria das condições de vida da população, e em antecipação a alterações climáticas ainda mais severas. -----

-É também por isso incompreensível que um plano de arborização urbana não seja uma prioridade e um desígnio das autarquias, traçando metas e utilizado como instrumento fundamental no planeamento e na regeneração da cidade. -----

Por consequência, Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 23 de fevereiro de 2023 recomenda à Câmara Municipal que: -----

Reconheça o papel fundamental da arborização na regularização microclimática, na proteção face a fenómenos de erosão, pelo aumento da permeabilização do solo, e de outros fenómenos intensos, como chuva e vento, e pelo efeito redutor da poluição atmosférica e sonora; -----

Adote a arborização como uma dimensão imprescindível e prioritária do planeamento urbano, de adequação das intervenções em vias e outros espaços públicos que incentivem a circulação pedonal e por meios suaves, abandonando o entendimento da arborização com funções essencialmente estéticas;--

- Elabore e execute urgentemente um plano municipal de arborização do concelho, como medida fundamental de saúde pública.» -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Queria aqui deduzir mais alguma coisa, pela importância do tema, que, às vezes até como forma de combater a desinformação, pois muitas vezes é aquilo que nos afeta, a desinformação da gestão do património arbóreo. ----

----- Colocava aqui, à consideração do CDS, que incluísse um pequeno parágrafo que eu acho que era benéfico, que era, “face à importância para a qualidade de vida no espaço urbano e de forma a que o processo de construção do regulamento seja, simultaneamente, participado e

promotor do esclarecimento dos cidadãos relativamente às melhores práticas na gestão do arvoredo, a Câmara Municipal promova uma Sessão Pública de apresentação e discussão do regulamento junto da população”. -----

----- Não sei se existe, mas se falámos que as duas se complementam, acho que, para além de bons planos estratégicos, bons regulamentos, temos de envolver também a população, porque é ela que usufrui do espaço urbano e informá-la para também perceber como é que tomamos as decisões. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao deputado do CDS-PP. -----

----- Fez uso da palavra o **deputado Pedro Gonçalves**: Eu aceito a proposta do senhor deputado Ricardo, mas peço que fique escrito com a maior celeridade possível. Porque já estamos há um ano a incumprir esta Lei, já o devíamos ter feito em 2018, não o fizemos, não fizemos em 2022, estamos em 2023 e, talvez na próxima reunião, mais tardar na seguinte, possamos aprovar, porque é demais evidente que estamos em falta e que necessitamos desse regulamento. -----

----- Fez uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**, que esclareceu: No documento apresentado pelo senhor deputado Pedro Gonçalves, do CDS-PP, vai ser acrescentado um parágrafo, que o senhor deputado Ricardo Antunes acabou de ler, sendo esse documento que vai à aprovação. -----

----- A senhora **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, pediu a palavra para fazer um pequeno esclarecimento sobre o assunto, começando por cumprimentar todos os presentes e o público que nos acompanha em casa. -----

----- Só um pequeno esclarecimento sobre este assunto que é muito sério. Este assunto do Regulamento do Arvoredo Urbano, tem um diploma de facto, mas esse diploma também prevê, num dos seus artigos, se não estou em erro o artigo 6.º, que a ICNF elabore um manual de boas práticas da gestão do arvoredo e que o divulgue, para que nós possamos fazer os regulamentos bem feitos, adequados, aplicáveis e que resultem, no futuro, em boas medidas e não em medidas que, no futuro, tenham um sentido diferente daquele que levou à sua aplicação inicial.

----- Esse manual de boas práticas, nós regularmente consultamos o site da ICNF, ainda agora voltei a consultar, pois podia ter-me passado alguma coisa e ainda não foi publicado. -----

----- Prevê ainda outra coisa que também não saiu. Que é o Governo trabalhar no reconhecimento e na regulamentação da profissão de arborista. Nós temos muitas pessoas ligadas a esta matéria; profissionais especializados com essa profissão reconhecida, não temos. Se fizerem alguma pesquisa, verificam isto que estou a dizer. E, muitas vezes, são opiniões empíricas, que levam as pessoas a tratar das árvores de uma ou outra maneira, mas, com formação técnica especializada ainda não temos e, essa profissão também ainda não está reconhecida, nem regulamentada. -----

----- Quero ainda dizer que acho bem e concordo com a necessidade de termos um bom regulamento do arvoredo urbano, concordo que é um instrumento essencial, mas também já começámos esse trabalho. Portanto, aprovar as recomendações é excelente, denota uma preocupação que é louvável. -----

----- Dizer-vos ainda que, nesta matéria e ouvindo a leitura da recomendação da senhora deputada do Bloco de Esquerda, o regulamento do arvoredo não é um instrumento sozinho e, na nossa estratégia de combate às alterações climáticas, estamos a elaborar o roteiro das alterações climáticas para o município, em conjunto com os outros municípios da CIMT, no âmbito de um processo que foi iniciado com especialistas para trabalharmos a matéria, de adaptação, mitigação, entre outras medidas. -----

----- Nós, inclusive, temos o diagnóstico do Entroncamento feito, onde está devidamente caracterizada a sua localização, o clima, o tipo de humidade, as temperaturas, os ventos mais dominantes, os perigos em termos de emissões e o que se pretende para futuro e, das medidas que saem depois para adaptação e mitigação das alterações climáticas, está, obviamente, também a elaboração deste regulamento. -----

----- Era este o esclarecimento que eu queria dar, porque acho que é importante. Isto não serve para nos desculparmos de não termos o regulamento, mas é o motivo pelo qual o regulamento ainda não saiu. Porque há muitas dúvidas sobre o que fazer em concreto. Nós recebemos regularmente queixas de que as árvores, ou fazem sombra, ou as folhas fazem isto ou aquilo, ou deitam penugem. Umhas pessoas reclamam que não querem árvores, outras pessoas reclamam que são poucas as árvores. Portanto, temos que ter um regulamento assente em dados objetivos e científicos. E por isso estamos a aguardar, na medida do possível, como disse, quer no projeto de combate e adaptação às alterações climáticas, quer dos apoios que a ICNF, de forma profissional e objetiva, nos possa dar. -----

----- Queria dizer ainda que, neste documento das alterações climáticas, já temos reuniões marcadas para março, para avançar com medidas concretas, face à caracterização do Entroncamento. E pode abranger medidas das mais variadas áreas de que o município tem atribuições de gerir no concelho. -----

----- Ninguém mais querendo intervir sobre as duas recomendações apresentadas, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a recomendação **apresentada pelo CDS-PP**. ----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

----- A proposta de recomendação apresentada pelo CDS-PP foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Foi de seguida colocada à votação a proposta de recomendação apresentada pelo **Bloco de Esquerda**. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

----- A proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Passou-se de seguida à proposta apresentada pelo Partido Social Democrata. -----

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO -----

«A aprovação da criação da Assembleia Jovem do entroncamento (AJE) determina a necessidade de proceder a uma alteração ao Regimento da Assembleia Municipal para acomodar a possibilidade de apreciação e aprovação das propostas da AJE pelos membros da Assembleia Municipal e, no caso de aprovação, que as mesmas sejam enviadas à Câmara Municipal sob a forma de recomendação. -----

Assim, propõe-se acrescentar uma alínea ao art.º 37.º do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento: -----

Artigo 37.º -----

Período de antes da ordem do dia -----

f) Apresentação e apreciação das propostas vencedoras da Assembleia Jovem do Entroncamento.» -----

----- Procedeu-se de seguida à apresentação e debate da proposta de recomendação apresentada pelo **Partido Social Democrata**, que se transcreve na íntegra: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

«Os eleitos do PSD na Assembleia Municipal do Entroncamento propõem a criação da Assembleia Jovem do Entroncamento e a conseqüente alteração ao regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento. -----

Considerando: -----

- O benefício da participação de todos os cidadãos nos desígnios do concelho; -----*
- A vantagem para o concelho em mobilizar os mais jovens para a participação ativa no exercício dos seus direitos e deveres; -----*

• O interesse em motivar e desenvolver nas camadas mais jovens competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, que valorize a sua participação informada, na defesa dos seus direitos e na assunção dos seus deveres como cidadãos, sensibilizando-os para as questões do poder local, designadamente no âmbito das atribuições e competências da administração local e do funcionamento dos respetivos órgãos; -----

• A vantagem comparativa dos jovens do concelho a quem se proporcionará uma experiência de participação em processos eleitorais e de discussão democrática, incentivando o seu interesse na participação cívica e na definição das políticas municipais. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento promove a iniciativa de constituição da Assembleia Jovem do Entroncamento (AJE) enquanto espaço de reflexão e debate, em colaboração com os estabelecimentos de ensino do concelho, propondo, por facilidade, a eventual inserção deste conteúdo nos planos curriculares. -----

Destina-se a jovens/alunos que estudem no concelho do Entroncamento, do 5.º ao 12.º ano, devendo cada estabelecimento de ensino participante no programa designar o(s) docente(s) responsáveis pelo mesmo. -----

Os recursos (tanto humanos como financeiros) são da exclusiva responsabilidade da Assembleia Municipal do Entroncamento que, para tal, diligenciará junto da Câmara Municipal a colaboração necessária. -----

Podem, exemplificativamente, ser criadas plataformas de comunicação para divulgar a iniciativa ao longo das suas várias edições, tais como a realização de vídeos, a criação de um site afeto a esta iniciativa e, eventualmente, uma APP para a votação assim como de uma plataforma para a submissão das candidaturas. -----

Os principais desafios prendem-se com a definição de estratégias que motivem os jovens a participar e cada edição anual deve ser subordinada a um tema. -----

Deve ser iniciado o projeto divulgando a iniciativa junto de todos os estabelecimentos de ensino da cidade, para que no início do próximo ano letivo estejam em condições de apresentar as suas candidaturas. A primeira sessão da AJE deve realizar-se no início de 2024. -----

NORMAS DE FUNCIONAMENTO -----

ASSEMBLEIA JOVEM DO ENTRONCAMENTO -----

Artigo 1º -----

Objetivos -----

Visando a promoção de valores de cidadania e participação da juventude do concelho do Entroncamento a Assembleia jovens do Entroncamento, adiante abreviadamente designada por AJE, tem como objetivos: -----

a) Motivar e desenvolver nos jovens, competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, valorizando a sua participação informada, na defesa dos seus direitos e na assunção dos seus deveres de cidadão; -----

b) Sensibilizar os jovens para as questões do poder local, designadamente no âmbito das suas atribuições e competências da administração local e do funcionamento dos respetivos órgãos; -----

c) Proporcionar aos jovens a experiência de participação em processos eleitorais e de discussão democrática; -----

d) Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica na definição das políticas municipais; -----

e) Realçar a importância do contributo dos jovens para a resolução de problemas de âmbito local, dando-lhes voz junto dos órgãos municipais; -----

f) Preparar os jovens para o debate e a discussão de ideias entre pares, mobilizando as suas capacidades de argumentação, no respeito pelos valores da sã convivência democrática e da formação das decisões da maioria; -----

g) Aproximar os jovens dos eleitos locais; -----

h) Preparar a apresentação, discussão e os processos de votação de propostas de recomendação à Assembleia Municipal do concelho em matéria de intervenção local. -----

Artigo 2º -----

Entidades Promotoras -----

A Assembleia Jovem do Entroncamento (AJE) é uma iniciativa da Assembleia Municipal do Entroncamento, adiante designada abreviadamente por AME, em colaboração com todos os estabelecimentos de ensino do concelho, que se destina a jovens/alunos que estudem no concelho do

entroncamento, devendo cada estabelecimento de ensino participante no programa designar o(s) docentes(s) responsáveis pelo mesmo. -----

Artigo 3º -----

Constituição da AJE e mandato dos seus membros -----

1. A AJE pretende ser um órgão deliberativo, que integra os jovens em representação dos estabelecimentos de ensino que se inscreveram no programa; -----

2. Representam a AJE 5 (cinco) alunos de cada escola e o presidente da AJE, que é por inerência o presidente da AME; -----

3. A AJE será dividida em dois escalões sendo que a cada escalão corresponde uma sessão. As escolas são convidadas a participar nos respetivos escalões. -----

1.º Escalão - 2º e 3º ciclos -----

2.º Escalão – Secundário -----

4. O mandato dos membros da AJE tem início após a sua eleição através de listas constituídas para o efeito, previsivelmente no início de cada ano letivo, sendo a sua duração de 1 ano; -----

5. Cada membro eleito tem o limite de dois mandatos. -----

Artigo 4º -----

Eleição dos membros da AJE -----

1. A eleição das listas dos alunos é feita nas escolas do concelho do Entroncamento, entre os alunos, sob a responsabilidade do professor designado para o efeito; -----

2. Cada escola deverá elaborar as respetivas listas, as quais deverão ser sujeitas a votação; -----

3. Cada lista deverá ser composta por cinco membros efetivos e dois suplentes; -----

4. A eleição das listas será precedida de um período de campanha e debate. -----

5. Será eleita a lista que obtiver a maioria dos votos e no caso de empate será realizada uma segunda volta, entre as duas listas mais votadas, para apuramento da lista vencedora. -----

Artigo 5º -----

Competência da AJE -----

Como se constitui a Assembleia Jovem do Entroncamento: -----

1. O programa e a assembleia são presididos pelo Presidente da AME. -----

2. A AJE é composta pelo Presidente da AJE, que preside e dois secretários, eleitos anualmente entre os membros da AJE, sendo obrigatoriamente um de cada escalão, garantindo a representação durante a vigência do mandato. -----

3. A eleição dos secretários da mesa é efetuada na reunião da AJE para o respetivo ano letivo em causa. -----

4. Compete ao Presidente da AME dirigir os trabalhos e assegurar a ordem dos debates. -----

5. Os secretários prestam apoio ao Presidente na condução dos trabalhos. -----

6. A mesa deve anunciar, no início da sessão, todas as regras a seguir para uma gestão eficaz da agenda. -----

7. Compete à mesa admitir ou rejeitar propostas, moções, reclamações, requerimentos, protestos, contraprotostos e pedidos de esclarecimento. -----

Artigo 6º -----

Direitos dos membros da AJE -----

Constituem direitos dos membros da AJE: -----

a) Participar nas discussões e votações; -----

b) Apresentar propostas, reclamações, protestos e contraprotostos; -----

c) Propor alterações ao Regulamento da AJE. -----

Artigo 7º -----

Deveres dos membros da AJE -----

Constituem deveres dos membros da AJE: -----

a) Comparecer às reuniões; -----

b) Elaborar propostas; -----

c) Participar nos debates e votações; -----

d) Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros; -----

e) Observar a ordem e a disciplina e acatar a autoridade do Presidente; -----

f) Pedir a sua substituição em caso de ausência na sessão; -----

g) Aprovar a proposta a enviar à AME. -----

Artigo 8º -----

Perda e renúncia de mandato -----
1. O membro da AJE, em caso de impedimento na sessão, deverá comunicar ao professor responsável, e ser substituído pelo membro suplente; -----
2. A falta de um membro à reunião da AJE, que não devidamente justificada, implica a perda de mandato; -----
3. A perda de mandato por parte de um membro da AJE implica a sua substituição pelo elemento seguinte na lista; -----
4. Os alunos eleitos como membros da AJE gozam do direito de renúncia ao respetivo mandato a exercer, mediante apresentação de manifestação dessa vontade, a qual deverá ser devidamente justificada; -----
5. A pretensão é apresentada por escrito ao presidente da AJE; -----
6. A convocatória do membro substituto compete ao respetivo estabelecimento de ensino e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar. ----

Artigo 9º -----
Periodicidade das reuniões -----
1. A AJE reúne numa sessão ordinária anual, podendo ocorrer no mesmo dia, simultaneamente ou sucedaneamente. -----
2. A convocatória da reunião da AJE é da responsabilidade do Presidente da AME, devidamente articulada com os estabelecimentos de ensino; -----
3. O Presidente da AME, em articulação com os estabelecimentos de Ensino, elabora um cronograma anual onde constam os trabalhos a desenvolver e o tema. -----

Artigo 10º -----
Como decorre a sessão -----
1. Cada sessão da AJE (1º e 2º escalão) terá uma duração estimada de duas horas. -----
2. Os trabalhos têm início com a intervenção de boas-vindas do Presidente da AJE, o qual dará início aos trabalhos, relembra os procedimentos, faz a chamada e organiza a ordem das intervenções (10 minutos). -----
3. Cada um dos grupos – escalões – intervém numa primeira fase para apresentação da sua proposta, sendo que cada grupo dispõe de 5 minutos cada. -----
4. De seguida terá início o período de debate livre o qual consistirá em 30 minutos. -----
5. Por fim é colocada à votação as propostas. -----
6. O mesmo procedimento é utilizado para o outro escalão. -----

Artigo 11º -----
Ordem de Trabalhos -----
1. A sessão é composta por um ponto único na ordem de trabalhos. -----
2. A sessão destina-se a debater os assuntos para os quais a AJE é convocada, de acordo com o tema definido anualmente para o debate. -----
3. O tema é definido anualmente. -----

Artigo 12º -----
Uso da palavra -----
A palavra é concedida aos membros para: -----
a) Tratar de assuntos da ordem do dia; -----
b) Participar nos debates; -----
c) Questionar a mesa sobre qualquer assunto; -----
d) Proceder e responder a pedidos de esclarecimento; -----
e) Fazer requerimentos; -----
f) Fazer protestos e contraprotestos. -----

Artigo 13º -----
Ordem no uso da palavra -----
1. A palavra é concedida pela ordem de entrada na mesa, devendo respeitar a ordem de inscrição; ----
2. A mesa concede a palavra no respeito pela regra da alternância, quer dos estabelecimentos de ensino, quer dos membros; -----
3. A mesa deve dar prioridade no uso da palavra ao membro que ainda não fez uso dela; -----
4. Cada uma das intervenções não pode ultrapassar os 10 minutos. -----

Artigo 14º -----
Modo de usar a palavra -----

1. No uso da palavra os membros dirigem-se ao Presidente da Assembleia, em pé, no púlpito; -----
2. O orador não pode ser interrompido sem o seu consentimento, não sendo, porém, consideradas interrupções as vozes de concordância ou análogas; -----
3. O orador deve ser avisado pelo Presidente sempre que o seu tempo de intervenção tenha sido ultrapassado. -----

Artigo 15º -----

Voto -----

1. Cada membro tem um voto, que pode ser a favor, contra ou de abstenção; -----
2. Nenhum membro presente pode abster-se de votar; -----
3. Os membros votam, de braço no ar, de acordo com a indicação dada pelo Presidente. -----

Artigo 16º -----

Proposta Final -----

1. A proposta final mais votada por cada um dos escalões será enviada à sessão da Assembleia Municipal do Entroncamento sob a forma de proposta nos termos do regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento, que para tal deverá ser adaptado; -----
2. As propostas serão apresentadas pelas equipas vencedoras em sessão da AME; -----
3. Caso a proposta seja aprovada pela AME a mesma é remetida para a Câmara, sob a forma de recomendação; -----
4. Será definido pelo Presidente da AME um prémio para as propostas mais votadas. -----

Artigo 17º -----

Atas -----

1. De cada reunião e sessão é lavrada uma ata, que deverá conter um resumo do que de essencial se tiver passado na mesma, indicando, designadamente, a data e local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações; -----
2. As atas serão elaboradas pelos secretários, com apoio logístico dos serviços de apoio da AME. -----

Artigo 18º -----

Casos omissos -----

As omissões e dúvidas que surjam na interpretação deste documento serão resolvidas por deliberação da mesa da AJE.» -----

----- Foi dada a palavra à senhora **deputada Paula Carloto**: Já tive ocasião de falar neste tema na Comissão Permanente. Acho que todos nesta Assembleia devíamos olhar para este assunto com algum carinho. É nossa obrigação e cumpre-nos, enquanto autarcas, ter também alguma função pedagógica e alguma função de incentivo à participação na vida política. E explicar às pessoas o que é isto de ser deputado municipal, de ser vereador, de ser presidente de junta. Acho que faz sentido que toda a gente saiba e conheça como é que funcionam as instituições democráticas, sobretudo no poder local. -----

----- Já há muito tempo que foi o 25 de Abril e, portanto, já não se discute a ideia de que a desinformação é que é boa. A informação é que é boa. E quantos mais de nós formos informados e quantos mais de nós soubermos mais, mais o resultado final do jogo democrático pode ser interessante quer para as pessoas, quer para os concelhos. -----

----- Neste sentido, temos aqui várias forças políticas representadas, todos nós conhecemos o drama de mobilizar gente nova para as juventudes partidárias e, se as juventudes partidárias não conseguem, com as máquinas de mobilização que têm, de chamar gente, por maioria de razão, as escolas ainda conseguem menos. As escolas têm muito trabalho. Os professores têm muito trabalho associado ao exercício da sua atividade. Os alunos têm muito trabalho associado ao exercício dos seus conteúdos curriculares e, portanto, eu acho que temos de arranjar aqui uma forma de conseguir que, sendo uma obrigação a desenvolver pelos professores e pelos alunos, ela possa ser também qualificada na componente escolar. Ou seja, não é mais uma coisa que vão fazer, mas uma coisa que fazem dentro do seu conteúdo curricular. -----

----- Isto não é novo. Isto não é uma ideia peregrina. Já há muitos municípios onde isto se faz, com sucesso. Eu aconselho, se puderem, verem em Ourém as várias Assembleias que já tiveram. Penso que Alcanena, também começou a fazer agora. Portanto, há vários municípios no distrito que estão a fazer isto e, portanto, isto não é uma ideia peregrina e, sendo uma ideia boa, também não é mau nós copiarmos aquilo que os outros fazem de bem feito. -----

----- Para sintetizar, o objetivo é monopolizar as pessoas mais novas para o exercício da atividade política e para o conhecimento daquilo que é a atividade política. Política não partidária. E, neste

sentido, o que é que a proposta visa em concreto, é que nas escolas, tentemos negociar, e isto é um papel sobretudo do Presidente da Assembleia, que este pode delegar numa comissão, num grupo, ou em duas ou três pessoas, conforme entender. -----

----- É um trabalho junto da nossa comunidade escolar, conseguir que seja inserido nos conteúdos curriculares das cadeiras, tipo cidadania e coisas do género, criar uma lógica de, dentro desses conteúdos curriculares, os miúdos se prepararem para a defesa de projetos que depois vinham defender a uma Assembleia. Uma Assembleia Jovem. Ou seja, eles constituíam uma assembleia, como nós temos a Assembleia Municipal, que era criada entre eles. Depois, o prémio que de alguma maneira lhes é dado, é virem à nossa Assembleia apresentar a proposta e essa sua proposta ser considerada uma recomendação a fazer à Câmara Municipal. -----

----- Lembro-me que em Ourém, o último tema foi a água e os miúdos tiveram de facto iniciativas engraçadas e acho que este Regulamento pode eventualmente ser melhorado se houver professores a olhar para isto, numa lógica de pragmatismo. Mais pragmático até do que ele já está. -----

----- Portanto, a sugestão é criar uma Assembleia Jovem no Entroncamento; Uma Assembleia que é criada em articulação direta com a comunidade escolar. Eu deixei um regulamento suficientemente amplo para que depois nós possamos, em conformidade com o conhecimento daqueles que são professores entre nós, ou outros, melhorar e complementar este regulamento. -----

----- Há aqui uma iniciativa que eu gostava muito de ver esta Assembleia, no seu todo, aprovar. Não é por ser do PSD que eu acho que ela não é boa. Não é por ser nossa iniciativa que ela não é boa. E gostava que toda a Assembleia apoiasse esta ideia, porque acho que era interessantíssimo termos aqui, para o ano (porque isto é um projeto que se desenvolve num ano, acho que não se consegue antes, até porque as escolas têm os seus calendários e nós não podemos imiscuir-nos naquilo que já é a definição que eles têm), uma Assembleia onde tivéssemos um ou dois representantes dessa Assembleia, a defender um projeto – sobre a água, sobre a sustentabilidade – sobre qualquer coisa que, em termos práticos, diga respeito à juventude do nosso concelho. -----

----- Os próprios temas são colhidos em cronograma entre a Assembleia e o Agrupamento. O Agrupamento, ou o conjunto de escolas que vierem a aderir. Portanto, tudo isto é uma coisa que se pode montar à medida que o concelho tem para oferecer do ponto de vista escolar e à medida daquilo que nós queremos para o concelho dos nossos jovens, em termos de Assembleia Municipal, na definição dos temas e no cronograma. -----

----- A única nuance que há aqui é que isto obriga a fazer uma alteração ao nosso Regimento interno. Porque o nosso regimento interno não permite que venham aqui dois jovens, ou um jovem, consoante aquilo que for definido, apresentar uma proposta, que a gente a aprove e que seja submetida como recomendação à Câmara. -----

----- É um ponto que foi apresentado, mandamos os documentos. É uma alteração orçamental simples e que eu colocava à vossa consideração, com a convicção de que era uma belíssima medida que nós, Entroncamento, podíamos tomar. A par de outros concelhos que já tomaram. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: A ideia é excelente. Porém, para que ela não fique “ferida de morte”, eu gostaria de um esclarecimento por parte da mesma. Alterações ao Regimento não têm de estar na Ordem do Dia? É que se nós formos votar agora, fica “ferida de morte”. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu: Naturalmente que sim. Mas primeiro estamos a analisar a proposta de criação da Assembleia Jovem do Entroncamento, depois vamos à outra questão. --

----- O outro ponto é consequente. Se este não for aprovado o outro fica sem efeito. -----

----- Voltou ao uso da palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Como eu disse de início, é de louvar toda e qualquer iniciativa que traga pessoas para a política, porque, como podemos até comprovar, com a falta de audiência nas nossas Assembleias, pela dificuldade que às vezes alguns de nós temos para fazer substituir-se, pela dificuldade de alguns de nós para constituir listas, principalmente de pessoas mais novas, acho que é excelente envolver as pessoas e que, para além da envolvência das escolas e do município, se possa também envolver, realmente, a sociedade civil. -----

----- Não sei se é pela força das escolas que as crianças ou os jovens cá virão, acho que será necessário mais do que a escola. E, sinceramente, gostaria que todos me ouvissem, passaria pelo nosso exemplo, muitas das vezes. Porque, se calhar, não damos um excelente exemplo para quem está a assistir, não damos um excelente exemplo a quem está a querer vir para a política. Pelo contrário. Eu não sou filósofo, mas acho que todos nós, antes de votar, devíamos

refletir, se também estamos a fazer com que os jovens venham para a política, ou se às vezes só estamos aqui a discutir coisas de *cravo e manjerona*. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Como já foi manifestado, esta intenção foi apresentada na reunião da Permanente e eu, naturalmente, falei, como já tinha feito ao senhor Presidente da Assembleia, por ocasião do 25 de Abril, da necessidade de criarmos instrumentos que promovessem uma maior participação dos jovens nas iniciativas da comunidade e falou, uma boa parte do seu discurso, exatamente numa assembleia municipal jovem. Que permitisse abrir diálogo com os jovens da cidade e tentar quebrar aqui o gelo na participação. Todos nós conhecemos e já falámos aqui “n” vezes. -----

----- No anterior mandato, o deputado municipal Carlos Silva, várias vezes falou daquilo que era uma nova realidade, na dificuldade que é encontrar pessoas que quisessem participar no parlamento dos jovens. Que em muito é semelhante a esta proposta de normas que aparece aqui e daí causar-me algumas dificuldades. -----

----- E depois, também conhecemos os riscos de criarmos mais um órgão com défice de participação. O Conselho Municipal de Juventude nunca reuniu com quórum. Portanto, nunca pôde deliberar nada. Ainda houve algumas pessoas que participaram, mas acabaram por se afastar, naturalmente. Porque para vir para aqui para reuniões, com assuntos para discutir, podemos discutir lá fora, com os nossos pares e tentarmos mobilizar-nos e criar outras formas e fazer as nossas ideias chegar mais além. -----

----- E depois, também a tal questão da ausência, que foi, por exemplo, o orçamento participativo, em que, foi feita uma divisão do próprio orçamento participativo, em geral e em jovem, em que foi criada uma votação para os jovens, e, espanto, depois de até haver muito interesse e algumas pessoas a dizerem que gostariam de apresentar e, ali até tinha uma característica muito boa (e há pouco falou-se de temas), é que as pessoas podiam apresentar o que quisessem. Ou seja, era um grau de liberdade enorme para quem quer atrair alguém para participar. Que é trazer uma proposta, defender uma proposta de algo que lhe diz alguma coisa. -----

----- Mas, como é obvio, não nos podemos resignar a isto. E sem dúvida quando estive na Comissão Permanente disse que era de saudar. -----

----- Eu sei que era importante abrir o debate e acho que, muitas vezes a pressa é inimiga da perfeição e, depois, tal como o deputado Pedro Gonçalves disse, às vezes, até é uma questão de exemplo. -----

----- É obvio que essas propostas podem ser votadas, mas vamos agora estar a assumir que são de urgência inadiável como está no Regimento? Vamos abrir esse precedente? Elas, na verdade, são urgentes, mas é esse o conceito de urgente e inadiável? Vamos fazer disto uma questão política para ninguém estar aqui a dar o flanco de que não se vai votar hoje, ou se vai votar na próxima sessão. -----

----- Eu, muito sinceramente, pensando até a bem e indo de encontro aquilo que foi dito até pela porta voz da bancada do PSD, que é um processo de maturação. Portanto, isto não é uma proposta à votação. Aliás, aquilo que eu também verifiquei, foi que, aquele regulamento, é um *copy count* efetivo do regulamento de Ourém. Nada contra. -----

----- Mas há aqui várias dimensões. Primeiro, há o aprovar aquilo, e bem, como foi dito, envolver a comunidade escolar. Quer dizer, estamos a pedir-lhes uma participação. Que mau exemplo de democracia estarmos a impor à comunidade escolar, se aprovarmos aqui o regulamento, sem discutirmos com eles; portanto, eu acho que, qualquer decisão tomada hoje em relação a isso, feria de morte logo o princípio base disto, que é as pessoas percecionarem como se processa o debate dentro de uma casa como esta, quais são as regras, porque há regras, senão andávamos aqui todos à estalada (desculpem-me a expressão), mas às vezes é um pouco isso que acontece, mas no fundo somos todos amigos e todos, cada um à sua maneira, quer o melhor para o Entroncamento. -----

----- Aquilo que eu propunha aqui, é que, reconhecendo a importância deste assunto e falou-se também numa questão relevante, que é a criação de comissões, que foi outro assunto falado na

Comissão Permanente e que eu transmiti isso à minha bancada, como julgo que cada um terá feito esse trabalho, que é a criação pontualmente, quando existam assuntos relevantes para a nossa cidade, criarmos comissões específicas que possam acompanhar, de mais perto, com maior propriedade, com mais trabalho definido, com mais colaboração (e lá estou eu a chegar novamente à colaboração, que eu acho também muito importante e um dos bons exemplos que também se pode dar a esses jovens que nós queremos chamar) e trazer já uma proposta de alteração ao regimento, já uma proposta de normas, podia não ter trazido até o regimento de Ourém, podia também trazer do Funchal, de Cascais, que, inclusivamente, foram premiados. Eu acho que o do Funchal, para mim, soa muito melhor, por uma razão simples, dá a liberdade dos jovens escolherem aquilo que são os assuntos que eles acham que são mais relevantes para a cidade a serem debatidos, em vez de sermos nós a estarmos a condicionar o discurso da população jovem. -----

----- Por esta mesma razão, eu queria propor, e mais uma vez acho muito salutar estarmos a ter esta discussão aqui no período antes da ordem do dia, era a criação de uma comissão, ou a própria Comissão Permanente, que já fez bons esforços (nomeadamente numa área sensível e que conseguiu inclusivamente alguns resultados), e que essa comissão garantisse uma resposta adequada (por exemplo, também não sou a favor de se copiar o regimento do Funchal, porque, naturalmente, a população e jovens do Funchal tem especificidades que a nossa comunidade mais jovem não terá, mas terá outras que devemos fazer transparecer para este documento de normas). -----

----- Depois, essa comissão, ou a própria Comissão Permanente, deverá ficar responsável por auscultar. Temos as Associações Juvenis, que como é obvio, as que estão inscritas no RNAJ (Registo Nacional do Associativismo Jovem), têm assento no Conselho Municipal de Juventude, mas, na lógica de auscultação podem ser auscultadas e acho que há um parceiro essencial nesta matéria, que tem de ser as escolas e o Agrupamento de Escolas e também estou a falar aqui do ensino privado e cooperativo. E ser esse grupo, reunido com as Escolas, ver quais as melhores estratégias. Nós podemos todos achar que estamos a criar as melhores regras do mundo e eles que lidam todos os dias com os jovens verificarem que não vai funcionar. Poderão assim ajudar e esse contributo ser positivo. -----

----- Depois dessa auscultação fazer uma discussão final em sede de Comissão Permanente e então trazermos aqui uma proposta para esta Assembleia deliberar sobre essas normas e em tempo útil, na próxima Assembleia de abril, atendendo também que, não sendo urgente, é emergente. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Francisco Velez**: Boa noite a todos os presentes e àqueles que nos acompanham. -----

----- Queria partilhar convosco um bocadinho da minha experiência enquanto professor. Desde há dois anos professor aqui no Entroncamento. -----

----- Cidadania e desenvolvimento – essa disciplina existe e, efetivamente, um dos temas que pode ser discutido, é exatamente como é constituída uma Assembleia de Freguesia, uma Junta de Freguesia, uma Câmara Municipal, etc., etc. Isso pode ser feito. Se os alunos assim o quiserem, se o conselho de turma também deliberar que é aquele o tema que vai ser falado. -----

----- Eu, pessoalmente, já o fiz, mas não iria tanto por aí. Porque penso que atualmente, no Entroncamento, há assuntos muito mais importantes para serem discutidos em cidadania e desenvolvimento. Nomeadamente, a multiculturalidade e a interculturalidade, entre outros temas. E reparem, a disciplina de cidadania e desenvolvimento, são quarenta e cinco minutos semanais, se não houver qualquer coisa que impeça que exista, nomeadamente o bochecho do fluor. Sempre são alguns minutos que a gente perde. -----

----- Já agora, sobre a participação e a apatia das crianças ou dos nossos jovens relativamente à vida política das escolas. Peço perdão, mas não concordo. Ela existe. -----

----- Ainda há pouco tempo, há alguns meses, foram feitas eleições para a Associação de Estudantes. Existem Associações de Estudantes que são eleitas politicamente com regras bem

definidas pelas escolas, como sempre foi. Existem, em cada turma, duas crianças, ou dois jovens, eleitos pela turma a que pertencem – o delegado e o subdelegado. -----

----- Penso que, dia 27 ou dia 28, irão haver várias reuniões entre os Delegados de Turma com a senhora Diretora, o que é feito de forma muito normal e periódica. E outra forma de intervenção dos jovens na vida política, não partidária, do Agrupamento de Escolas, principalmente neste, tem a ver com a participação dos jovens no Conselho Geral. Eles também lá estão. Portanto, eu penso que já essas três coisas são suficientes. Estamos a fazer mais do jeito que seja menos, não sei se será boa ideia. Mas atenção, tudo o que seja envolvimento das crianças e dos jovens, com certeza que sim, não só para a vida política, mas também social. ----

----- Pediu a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, senhor **Rui Maurício**: Em relação a estas propostas, eu penso já ter ficado esclarecido depois destas intervenções. Quando a senhora deputada Paula Carloto fez a proposta, houve uma declaração do deputado Pedro Gonçalves que eu não percebi: que esta proposta ficaria ferida de morte se não acontecesse uma determinada pergunta que o deputado Pedro Gonçalves fez. Gostaria que essa pergunta fosse feita novamente, porque não a percebi. -----

----- Foi dada a palavra ao senhor **deputado Pedro Gonçalves**, que esclareceu: O Regimento não pode ser alterado no Período de Antes da Ordem do Dia, tem de ser alterado no período da Ordem do Dia. E aí sim, é que se pode votar. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Bruno Melo**: Antes de mais, quero cumprimentar todos os deputados e audiência. -----

----- Acerca deste assunto, agradecemos a intervenção também do senhor deputado Ricardo, mas, considerando que é clara a falta de participação política da população em geral, a CDU apoia todas as medidas que reforcem essa participação e, por esse motivo, votaremos favoravelmente e agradecemos a proposta apresentada pelo PSD. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Eu peço desculpa, sei que não devemos entrar em diálogo, mas nós tivemos uma reunião na Comissão Permanente em que eu disse que ia apresentar um regulamento e, portanto, nada disto é novo para ninguém. Isto é a primeira questão. -----

----- Segunda questão, eu fui a primeira dizer que segui de perto aquilo que se faz em Ourém. Muito embora não seja igual porque, para bem de Ourém, tem uma comunidade escolar muitas vezes acima da nossa, em termos de número, de participação e de escolas. Eu tive de reconfigurar tudo, porque o número de escolas lá é muito superior ao nosso. -----

----- O terceiro ponto, é que eu fui a primeira a dizer que esta proposta, que nós consideramos todos de boa natureza, pode ser formatada, completada e melhorada por aqueles que são os agentes do setor: os professores. Esses é que sabem como é que a escola pode funcionar e onde é que isto pode encaixar. -----

----- Por último, tenho pena que o senhor deputado Ricardo Antunes não tenha lido com atenção o primeiro parágrafo que vem a seguir aos considerandos que diz: “... a Assembleia Municipal do Entroncamento promove a iniciativa de constituição da Assembleia Jovem do Entroncamento, enquanto espaço de reflexão e debate, em colaboração com os estabelecimentos de ensino do concelho, propondo, por facilidade, a eventual inserção deste conteúdo nos planos curriculares”. -----

----- Portanto, isto para dizer que eu entendo que, sem a comunidade escolar nós não vamos fazer nada. Isso está espelhado aqui, foi unânime da nossa parte. Somos poucos os que aqui são professores, mas foi unânime. A comunidade tem de aderir a este programa. Agora, para este programa ser feito, nós temos de aprovar uma iniciativa. E temos de decidir se queremos ou não ter uma Assembleia Jovem. -----

----- Mas vamos por partes. Se não querem constituir uma Assembleia Jovem, não querem. Agora se querem, o primeiro passo tem de ser dado. E o primeiro passo é a gente decidir quem a vai constituir. Se a seguir a isso, o Presidente da Assembleia disser que, enquanto Presidente da Assembleia não posso tomar a iniciativa de conduzir sozinho este processo, não tenho tempo

para isso, preciso de constituir uma comissão, com um elemento de cada partido. Então, vamos todos constituir uma comissão para conduzir isto, para falar com o Agrupamento, com as Escolas. Tudo bem, esse é o passo seguinte. Nós estamos na primeira fase. -----

----- Aquilo que o deputado Pedro Gonçalves levantou – alteração regimental – estamos de acordo. Para que é que nós vamos aprovar uma alteração ao Regimento, se ainda nem temos uma Assembleia Jovem constituída, nem temos propostas para cá vir. -----

----- O que eu quis dizer, e às vezes nestas coisas umas vezes pecamos por excesso e outras pecamos por defeito. Se eu não tivesse dito nada do Regimento, de certeza que vinha aqui um colega que me diria que eu, para fazer isso, tinha de fazer uma alteração ao Regimento, porque o Regimento não permite. -----

----- Agora, fiz projeto, tentei ter as coisas todas e, peço por excesso, porque quero já aprovar isto. Mas eu não quero aprovar nenhuma alteração ao Regimento, até porque, daquilo que for a proposta final, até pode ser que seja preciso alterar o Regimento em mais alguma coisa. Nesta fase é só isto, mas pode ser que no futuro não seja. -----

----- O que está aqui em cima da mesa, é criarmos ou não, mais uma mobilização para os jovens participarem. E peço desculpa ao deputado Velez, a questão aqui é diferente. É eles participarem no espaço político que é nosso. É nós darmos aos jovens o nosso espaço. É muito diferente de eles fazerem uma Assembleia de Jovens na Escola. -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Eu gosto muito deste tipo de debates, mas esgotámos o tempo para o período de antes da ordem do dia e ainda temos alguns assuntos para discutir. -----

----- Eu também sou professor e há aqui um pormenor que podemos esquecer, é que nós não podemos mexer nos planos curriculares que são definidos pelo Ministério da Educação. Não podemos chegar à escola e dizer vamos mudar os planos curriculares. Isso não podemos fazer. Não nos cabe a nós. -----

----- Mas podemos propor que se venha a equacionar uma Assembleia Municipal Jovem, que depois será revista. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Os dois documentos que nos são colocados, um diz: “Alteração do Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento” – e eu aí tenho que ser consequente com a Lei e a vossa proposta é alteração ao regimento. O segundo é “Proposta de criação de uma Assembleia Municipal Jovem”, com o regulamento incluído. Eu não tenho nada contra a proposta, sou contra é nós termos já aqui o regulamento incluído, que deve ser feito com as nossas características e consultando as nossas gentes e, sou contra propor a mudança do Regimento antes, porque senão, fica ferida de morte. Se queremos ser consequentes com aquilo que falamos, e eu acabei de apelar a que todos fossemos consequentes com aquilo que dizemos e com aquilo que queremos, sejamos homens e mulheres e cumpramos aquilo que propomos. -----

----- Se querem que saia daqui uma proposta, que eu creio que seja unânime e que acredito que todos nós votaremos a favor, os deputados do PSD devem propor à Assembleia Municipal que se executem as diligências para que, no mais breve possível de tempo, se concretize uma Assembleia Municipal Jovem. Ponto final. E todos nós votaríamos a favor, ninguém esgotaria o tempo e não estaríamos aqui a discutir coisas que não são discutíveis. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Agradeço a sua intervenção e acho que é uma solução muito sensata. Acho que todos estamos de acordo com isso. Mas acho que não está na Ordem do Dia aprovar o Regulamento. Isso não está na ordem do dia. -----

----- Uma coisa é transformar isso numa proposta, numa recomendação, no sentido de que se devia viabilizar esse processo. E claro que isso podemos fazer. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Eu acho que, aquilo que está aqui a ser colocado, e aquilo que foi falado até na Comissão Permanente, foi que iria ser apresentada uma proposta de criação. E propor isso e colocá-lo aqui no debate, tudo bem, mas vamos estar a

criar normas! Ao estar a criar normas, estou a vincular o Agrupamento de Escolas, que não foi ouvido para nada disto. -----

----- Aliás, essa questão da leitura de passagem, eu inclusivamente li, e li com atenção, para verificar se não seria só um complemento ou um exemplo. Mas não, é uma proposta para colocar à votação. E mais uma vez reitero, aquilo que o senhor deputado Pedro Gonçalves disse, é perfeitamente verdade. Podíamos agora aqui votar por maioria de dois terços esta aqui é um assunto urgente e inadiável, abrindo esse precedente. Eu já disse que é emergente, não entendo a necessidade de abrir esse precedente. -----

----- Como é óbvio, podemos pugnar para todos os núcleos de participação e, muito sinceramente, não quero estar aqui a fazer considerações como aquela do não querem fazer uma Assembleia Jovem, então não se faz. Não, acho que já ficou aqui patente que toda a gente pretende isso. Pretende uma comunidade mais informada, sobretudo que os jovens participem. E por essa mesma razão e com o exercício da responsabilidade, que esse é o principal exemplo, acho que, aquilo que é colocado aqui, em colocar umas normas que já envolvem o Agrupamento de Escolas, se forem a votação, envolvem o Agrupamento de Escolas e dão um papel a esse Agrupamento de Escolas, que nós nem sabemos se ele aceitou. -----

----- Digo sinceramente, por muita colaboração que quisesse ter e naturalmente achasse interessante esta iniciativa, se estivesse no Agrupamento de Escolas, ficaria muito melindrado de me serem impostas normas. -----

----- É muito mau exemplo, quando nós queremos fazer valer os valores democráticos e as regras da democracia, estarmos a fazer isto nesta Casa. -----

----- Como toda a gente disse, a iniciativa é de saudar. -----

----- Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: Nós neste ponto, podemos aprovar moções, propostas, protestos, declarações de voto, recomendações e pouco mais. Não podemos aprovar regulamentos. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: O PSD rapidamente resolve isto. Cingimos a nossa proposta da seguinte Forma: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

“Constituição da Assembleia Jovem do Entroncamento” -----

Os eleitos do PSD, propõem ao Presidente da Assembleia Municipal que, rapidamente, promova a iniciativa de constituir a Assembleia Jovem do Entroncamento, enquanto espaço de reflexão e debate, e que essa iniciativa possa estar em condições de ser implementada, no prazo de seis meses. -----

Propõe-se ao Presidente da Assembleia Municipal que convoque uma Comissão Permanente para o efeito.” -----

----- Fez uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia**: Sendo assim, vamos colocar esta proposta de recomendação à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

----- A proposta de recomendação apresentada pelo Partido Social Democrata, foi **aprovada por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à deputada do Bloco de Esquerda, para que lesse e apresentasse a Moção inscrita. -----

MOÇÃO -----

“Uma Escola Pública de qualidade é um dos pilares da democracia. É ela que concretiza o direito constitucional à Educação, fortalece a cidadania e permite igualdade de oportunidades de trabalho. A ampliação da Escola Pública a todo o território e o alargamento da escolaridade obrigatória foram tarefas cumpridas por gerações de profissionais da educação que, às portas dos 50 anos do 25 de Abril, veem degradar-se as suas condições de trabalho. -----

Os sinais dessa degradação, que persiste há muitos anos, são conhecidos. Todos os anos há milhares de alunos sem professor a pelo menos uma disciplina. A desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade e de regras de concursos que provocam instabilidade e permitem injustiças têm feito milhares de docentes abandonar a profissão e poucos são os jovens que se sentem atraídos pela docência. -----

Ao longo dos anos, os diversos Governos têm-se recusado a tomar medidas justas de valorização da carreira docente, como a recuperação de todo o tempo de serviço prestado pelos professores e a necessária negociação com os representantes dos docentes para a criação de um novo regime de recrutamento e mobilidade. Em sentido contrário, foram impondo regras avulsas que criaram ainda mais entropia num sistema que já é uma manta de retalhos. -----

De forma, também avulsa e sem ouvir as comunidades educativas, têm empurrado para as autarquias competências em matéria de Educação. Recentemente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, 14 de dezembro de 2022 apareceu como mais uma peça desta reforma da Educação feita de costas para os trabalhadores e para a população. O Governo criou o espectro de uma maior centralização de decisões nos municípios, em comunidades intermunicipais e em supostos conselhos de diretores. A resposta dos docentes tem sido forte, em múltiplos protestos em defesa da Escola Pública e da sua profissão. -----

Os processos de municipalização e de regionalização da educação são propícios à automatização dos sistemas educativos, criando assimetrias territoriais (A Madeira e os Açores, são outras realidades). A crítica destes processos não é medo da mudança, é defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das Escolas. São as Escolas quem pode e deve assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa, são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo (mesmo que este, seja participado pela autarquia) e pela implementação local das políticas educativas. -----

O reforço da Escola Pública exige a defesa da Gestão Democrática das Escolas, o combate à precariedade e a valorização da carreira docente. É, assim, urgente vincular os docentes precários, recuperar o tempo de serviço dos docentes, eliminar ultrapassagens, garantir horários adequados, criar um sistema de avaliação e progressão sem injustiças, instituir um mecanismo de aposentação que responda às especificidades da profissão e que garanta o rejuvenescimento do corpo docente. Respeitar os direitos dos professores é fortalecer a Escola Pública, é fortalecer a democracia. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 23 de fevereiro de 2023: -----

1. Apelar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço dos docentes, garantindo a todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente; -----

2. Apelar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho; -----

3. Apelar ao Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação dos docentes de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e a assegurar o rejuvenescimento do corpo docente.” -----

*----- Pediu a palavra o senhor **deputado Francisco Velez**: Eu adoro e estou muito contente com isto tudo. Aliás, eu já tinha ouvido várias coisas destas, nomeadamente nos sites dos sindicatos e eu estou todo contente. Para quem tem sessenta e dois anos e está no quarto escalão e vai ser aposentado, ou poderá ser aposentado antecipadamente. Eu também gostaria muito disso, mas há aqui alguns considerandos. -----*

----- Há pouco o deputado Pedro Gonçalves disse uma coisa muito interessante “... que, às vezes, aquilo que nós discutimos aqui, que analisamos aqui, é conveniente que seja do interesse de quem lá está e que as pessoas se revejam nisso. Eu já fiz parte de assembleias municipais, estou habituado a defender os interesses dos munícipes. Mas estou a defender como professor o que também não é nada mau e estou mesmo muito contente. -----

----- Para ficar “preto no branco”, gostava de saber o seguinte: Vamos à recuperação de todo o tempo de serviço, seis anos, seis meses e não sei quantos dias, que já não me lembro e, já agora,

podiam ter acrescentado aqui a passagem rápida dos quartos e sextos escalões, para não ficarmos ali à espera (eu por acaso estou no quarto escalão e não me está nada a apetecer ficar não sei quanto tempo à espera do quinto e, como estou quase a ser reformado, convinha-me mais algum dinheiro). Mas isto é para ser feito de que forma? Direta? Partilhada? Vai ser feita durante quantos anos? É que dizer ao Governo para fazer uma coisa destas, é muito fácil. -----

----- Depois, estar aqui a fazer mais duas recomendações ao Governo que faça negociação sindical, eu pergunto, o que é que tem acontecido até agora? Pelo menos acho que já vão na quinta ou sexta volta. -----

----- No ponto três “apelar ao Governo para que exista um regime específico de aposentação dos docentes...” – então, mas os doze sindicatos que lá estão, nenhum deles chamou à atenção para isto? E porque não ligar o ponto três com o ponto um, de permitir, por exemplo, que alguns de nós, que dificilmente vão conseguir receber, em termos de vencimento e progressão na carreira, os seis anos e seis meses e tal, porque isso, inclusivamente, vai contrariar um acordo que existe com a União Europeia, em que somos multados se excedermos determinados valores em relação à educação, principalmente no que consta a pagamento de salários. Porque é que não se propõe, por exemplo, que esses seis anos, seis meses e não sei quantos dias, sejam revertidos em antecipação da reforma. Podia estar aqui. -----

----- Eu não posso votar a favor um documento destes, apesar de, como professor, me rever nestas coisas todas. Quero os meus direitos, mas, estar a votar moções só por votar... então, brevemente, também podemos estar sujeitos a uma coisa, podemos votar alguma moção da malta da saúde. Eles também lá devem ter problemas. E se calhar também da polícia, depois dos ferroviários e dos outros todos. Estamos cá para isso e vamos juntando tudo isso, com os efeitos práticos que nós conhecemos. E depois admiramo-nos de os “putos” não quererem saber da política para nada. Porque se calhar, às vezes, andamos a brincar. -----

----- Eu não posso votar isto a favor. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: O senhor Presidente acabou por diminuir aqui algumas das questões que eu também ia colocar, nomeadamente na forma. Se vier uma recomendação, não temos de mandar ao Governo. De qualquer forma, a moção pode ser dirigida ao Governo, em relação a assuntos de interesse municipal. E aqui também aprovo a posição do deputado Francisco Velez, que chamou a atenção para isto de uma forma mais perentória do que eu, mas a verdade é que, é algo complicado, como há pouco o que é uma deliberação urgente e inadiável. -----

----- A verdade, é que nós estamos a colocar aqui, este conjunto de solicitações ao Governo, em forma de moção. Mas é isto efetivamente que os professores querem? É que eu vou falando com muitos e esta é uma das muito poucas coisas que os faz pensar se foi boa a escolha que fizeram para a carreira deles. E isto tem muito a ver com uma falta de cultura de valorização do trabalho no nosso país. A verdade é esta. E, infelizmente, esta luta, tal como as outras, são legítimas por melhores condições de trabalho, de qualquer trabalhador. -----

----- Tenho uma particular simpatia pelos trabalhadores públicos que, muitas vezes, são colocados na arena e na verdade deviam ser bem mais reconhecidos pelo meritório trabalho que desempenham na nossa vida comunitária. -----

----- Mas já estou a divagar. Voltando aos professores. -----

----- A grande verdade, é que nós vamos estar a recomendar ao Governo, para já, uma pequena franja daquilo que são as reivindicações dos professores. Eu tenho uma grande admiração pelos professores, tenho familiares professores, tenho a maior das simpatias por eles, que são um dos principais pilares da Escola Pública que eu defendo com unhas e dentes, como grande mola do progresso da nossa sociedade. E já nem falo nas questões financeiras em relação à recuperação do tempo, mas porque é que estamos a pedir ao Governo que assinale isto e não um outro

conjunto de coisas, todas elas também bastante relevantes. Podemos falar na questão da precariedade, é tristíssimo ver a forma como os professores, muitas vezes, continuam a andar de casa às costas. Isso, num país desenvolvido, que se quer progressista, não pode existir. -----

----- A questão das progressões justas e ao contrário daquilo que muitas vezes é aqui colocado e falado, a maior parte dos professores quer ser avaliado e acha que até aquilo que está a ser defendido, por algum desses movimentos inorgânicos, está a travar as tais negociações, a tal quinta ronda, que é a questão de tempo de serviço igual, escola igual. -----

----- Quem é professor e trabalhe nas mais diversas profissões, sabe que, a melhor forma de reconhecer o bom trabalho de alguém e de ter bons profissionais, é, tão só, reconhecer essa diferenciação no trabalho. -----

----- A mim também me custa bastante estar a aprovar isto, mas também, como não tenho qualquer questão de maior em relação às justas reivindicações dos professores, nas mais diversas matérias e que carecem sempre de negociação sindical e também os sindicatos merecem esse louvor, pelo papel que tiveram no progresso das nossas sociedades, eu, particularmente, vou ter de me abster nesta moção. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Tenho dificuldade em perceber que nós não votámos já coisas que não têm só, estritamente, o âmbito local, porque isto toca também os nossos professores. Portanto, eu acho que aqui o princípio que está em cima da mesa, com esta proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, é, estamos ou não estarmos ao lado dos professores. -----

----- E nós, PSD, estamos ao lado dos professores e, nesse sentido, teremos todo o gosto de aprovar aquilo que nos é pedido, mas com uma nuance, gostaríamos de solicitar que aprovássemos só aquilo que são os apelos finais ao Governo, aquilo que são as conclusões. Todo o resto do texto, que tem alguns conteúdos já mais político/ideológico, com os quais podemos ter algumas dificuldades. -----

----- Portanto, estamos do lado dos professores. Apoiamos aquilo que inicialmente era a vossa recomendação e que agora é o vosso apelo e, essa parte final, nós votamos favoravelmente, se aceitar que não seja votado o enquadramento, digamos assim. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado António Rodrigues**: Eu vou votar a favor esta moção, por duas ou três questões que aqui vou explicar. -----

----- O meu colega Francisco Velez, há pouco falou em seis anos, seis meses e alguns dias, mas isso não é tão relevante, mas claro que faz falta. Vou ler-vos aqui uma notícia da agência Lusa, no Público de 09 de novembro de 2022, que diz: «*Enfermeiros garantem a contagem de todo o tempo de serviço*» eu não vou dizer que os enfermeiros não merecem, claro que merecem, até pelo trabalho exemplar que fizeram no período do COVID, como merecem os médicos, como merecem os polícias, como outras profissões. A questão que está é esta, eu sou professor de educação especial, num agrupamento de escolas em Tomar. Estive em Lisboa, muitos anos, no agrupamento de escolas Vergílio Ferreira, na Escola de Telheiras e, não havia recursos para trabalhar com os meninos em educação especial. -----

----- Ou seja, não muitas as situações que estão mal com os professores. E Bloco de Esquerda fez muito bem em explicar estas questões que estão aqui a recomendar. Excelente exposição. --

----- Há “n” questões e a que me custa mais, como professor de educação especial, é não haver recursos para nós trabalharmos com os meninos. E esta realidade ainda hoje acontece no agrupamento de escolas onde eu estou, ali em Tomar. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Só para dizer que me junto ao apelo que o PSD fez à deputada Maria do Céu. Para que possamos votar favoravelmente, nós também só votaríamos os considerandos finais. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Bruno Melo**: Só para dizer que, como é óbvio, votaremos favoravelmente o documento que nos é aqui apresentado e dizer que isto não remete apenas para os professores. Mas são professores que constituem as sociedades, e são estes trabalhadores que são a base da sociedade. Portanto, isto não é só estar do lado dos professores.

----- Se é um tema local, ou central, é discutível, porque temos uma transferência de competências a correr, que corre cada vez mais para o lado desta casa, olhar para os nossos professores e cremos que esta casa tem de ser a voz desses mesmos professores. -----

----- Por tudo isto, votaremos favoravelmente este documento. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra à deputada do Bloco de Esquerda, para que se manifestasse sobre as propostas do PSD e do CDS. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **deputada Céu Carvalho**: Eu ouvi as várias intervenções e acho que há vários pontos de vista. Penso que aqui, o principal, foi aquilo que foi dito anteriormente. Não é apenas um tema local, é um tema transversal. É um tema que tem a ver com educação, tem a ver com a democracia, tem a ver com a escola pública. -----

----- Estive a analisar aqui a possibilidade de tirar e pôr só os considerandos, mas é assim, os considerandos são todos eles mais redutores, porque eles apenas apelam a coisas que a comunicação todos os dias faz ou pelo menos transmite. Parece-me que algum enquadramento, não quer dizer que o enquadramento tivesse de ser tão longo, mas acho que algum enquadramento fazia sentido numa moção desta natureza. -----

----- Eu não me importaria de fazer alguma reformulação, tirar na totalidade, penso que deixa de ter o sentido que nós lhe queremos dar. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: Da nossa parte, se assim o entenderem, não vejo nenhum problema em fazer uma rápida reformulação com a senhora deputada Céu. -----

----- O senhor **Presidente da Assembleia** interveio para referir que, atendendo ao adiantado da hora, não vai ser possível dispensar tempo, nesta sessão, para a reformulação da moção. -----

----- Assim, foi colocada à votação a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

MOÇÃO

----- A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi **aprovada por maioria**, com **onze votos a favor**, sendo, um voto do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, um voto da Coligação Democrática Unitária, dois votos dos independentes e um voto do Bloco de Esquerda e, **onze abstenções**, sendo, sete abstenções do Partido Socialista, uma abstenção do partido CHEGA, uma abstenção do Centro Democrata Social-Partido Popular, uma abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e uma abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO apresentada pelo Partido Social Democrata: -----

“Votamos a favor a moção apresentada pelo BE, muito embora nos identifiquemos apenas com os três últimos parágrafos da proposta. Mas como o que está em causa é o princípio, os eleitos do PSD estão e estarão sempre ao lado dos professores.” -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: A minha questão podia integrar-se perfeitamente no ponto seguinte, mas aproveito, já que me foi dado aqui esse benefício. -----

----- Eu queria colocar uma questão simples e muito pragmática ao executivo. Discutimos aqui um ponto acerca da educação e nós vimos, na informação do Presidente, que estão vários lugares por ocupar e temos vindo a ter um crescimento muito grande de crianças com necessidades educativas especiais e deparamo-nos com as escolas do nosso município sem capacidade de elementos, de auxiliares para acompanhar as crianças. E se queremos uma escola inclusiva, se queremos todas as crianças com qualidade de ensino numa escola pública, estamos a falhar redondamente. -----

----- As crianças com necessidades educativas especiais são as crianças que mais necessitam de apoio e, infelizmente, no nosso agrupamento temos muito poucas funcionárias para o conjunto de crianças e, quando assim acontece, damos-nos com crianças por vezes colocadas sem vigilância. Podem dizer que têm vigilância, mas uma funcionária consegue vigiar cinco crianças com necessidades educativas especiais ao mesmo tempo? E isto é algo que há muitos anos para cá se tem vindo a perguntar, porque é que não há uma solução? Eu acho que não há vontade política. -----

----- Porque não me venham falar de rácios. Estamos a falar de crianças que todos nós sabemos que têm necessidades educativas especiais, crianças com espectro de autismo, crianças invisuais, etc. e, para além do aumento enorme de crianças que estamos a ter no Agrupamento, estamos a ter um aumento grande de crianças com necessidades especiais de várias ordens a chegar ao Agrupamento e estamos a negligenciar as nossas crianças. Porque essas também são crianças como as nossas. São crianças. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Carlos Monteiro**: Cumprimentou todos os presentes, bem como o público que assiste. -----

----- Primeiro, Senhora Vice-Presidente, é de lamentar o que se está a passar, tenho recebido mensagens de cidadãos em que são sistematicamente incomodados por “estrangeiros” nas suas casas (quer sejam arrendadas ou próprias) no intuito dos mesmos “abandonarem” as mesmas. --

----- Os ditos “estrangeiros” fazem barulho, invadem a privacidade das pessoas (violando propriedade privada) já para não falar do excesso de moradores por imóvel. -----

----- Para além disto, tem acontecido, por diversas vezes, indivíduos de origem indiana a maltratar e assediar senhoras no Parque do Bonito. -----

----- Senhora Vice-Presidente, quando vamos acabar com estas situações ou proibir que mais “estrangeiros” cheguem à nossa cidade? -----

----- Segundo, Senhora Vice-Presidente, mais uma vez é de lamentar a falta de democracia a que chegam ao ponto de tentar “calar” um Independente, neste caso o Senhor Vereador Luis Forinho. -----

----- Caso o Senhor e a Senhora Vice-Presidente não saibam, existem mais autarcas Independentes ou não inscritos a Nível Nacional. Ainda mais grave, é privar o Autarca do “Direito de Oposição” porque iria “denegrir” a imagem do Partido Socialista e seus representantes. Será que há autarcas de primeira e de segunda categoria? -----

----- A lei n.º 24 no seu Artigo 3.º alínea 4, diz o seguinte: “O disposto na presente lei não prejudica o direito geral de oposição democrática dos partidos políticos ou de outras minorias sem representação em qualquer dos órgãos referidos nos números anteriores, nos termos da Constituição. -----

----- Ao agir desta maneira, a Senhora Vice-Presidente colabora para aumentar os princípios da injustiça social e política, pois censura a opinião de um eleito pelo povo, representante máximo da democracia. -----

----- Eu, como Autarca Independente desde o início (concorri como independente), sinto-me revoltado com esta situação. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Temos uma boa medida implementada e regulamentada, que teve uma primeira edição e não teve uma segunda por via da COVID e que julgo, até pela forma como está montado o regulamento, que agora é só deixar aqui o apelo para que se retome o orçamento participativo para o próximo orçamento de vinte e quatro. Ou seja, o regulamento prevê que todo o processo se desenrole a partir de fevereiro, para que depois, com a deliberação de Câmara em que o montante é deliberado anualmente em reunião de Câmara, sejam incluídas as propostas vencedoras no orçamento de vinte e quatro. ---

----- Tendo em conta todo o contexto de participação e de trazer as pessoas para a decisão da vida em comunidade e daquilo que é relevante para elas, julgo que era importante deixar aqui esta nota. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Susana Cruz**: Os eleitos do PSD, no âmbito dos poderes de fiscalização da atividade do executivo municipal, que lhe estão cometidos, não podem deixar de manifestar a sua posição relativamente à atuação dos representantes do Partido Socialista, com assento no executivo, que utilizaram o sítio do município da Internet e a rede social *Facebook*, como órgão de comunicação oficial desse partido, para fazer o contraditório dos vereadores da oposição e relativamente a um ponto de ordem dos trabalhos da reunião de câmara de sete de fevereiro de dois mil e vinte e três. -----

----- Face ao sucedido, exortamos o executivo a uma reflexão sobre a comunicação municipal e a ponderar a utilização dos meios de comunicação do município e dos fins a que os mesmos se destinam. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Bruno Melo**: Temos aqui três assuntos, um dos quais é talvez um recordar. -----

----- Na sequência da nossa Assembleia Municipal de trinta de setembro, a pedido do senhor Presidente, foram colocadas, por escrito, algumas questões às quais ainda não obtivemos nenhuma resposta. Não será de elencar aqui as questões, mas reforçar a necessidade dessas respostas. Salvo opinião contrária, podemos enumerá-las neste momento, conforme considerem oportuno. -----

----- Relativamente aos outros dois pontos, o primeiro prende-se com o nosso cemitério e que, considerando a sua expansão, gostaríamos de questionar se estamos a considerar também o incremento, atualmente, do número de funcionários afetos ao mesmo, pelo menos na igual proporção do seu crescimento, sabendo que vão sendo comuns, ou persistentes, algumas queixas relativas à conservação e manutenção do mesmo espaço. -----

----- Relativamente à questão da migração, que é uma questão que se vai vincando cada vez mais na nossa terra, gostaria de questionar se há mecanismos, ou quais são os mecanismos que estão a ser implementados, para controlar as condições de integração destes, designadamente habitação, desde logo considerando a lotação, por ventura exagerada, de cada fração e o que é que podemos fazer para colmatar estes assuntos. -----

----- Pediu a palavra a senhor **Vice-Presidente**: Peço ao senhor deputado Bruno Mello que repita a última pergunta, porque não percebi, quando diz mecanismos de controlo. Não percebi de quê. Não percebi bem a pergunta. -----

----- O senhor **deputado Bruno Melo**, explicou: Relativamente à integração dos mesmos, como é que estão a ser integrados, como é que estão a habitar dentro da nossa terra os migrantes. A minha questão não tem a ver com o controle, mas se estamos a integrá-los de forma correta e se eles estão a ter as condições dignas e humanas para viver na nossa terra. Esta é a nossa preocupação. Se não olharmos para estes cuidados, temos problemas de ordem social que daí advém. Não tem a ver com controlo, tem a ver com acompanhamento. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **Vice-Presidente** que respondeu às questões aqui levantadas pelos senhores deputados. Em relação às questões colocadas pelo senhor deputado do CDS, do pessoal não docente e do aumento imenso de crianças com necessidades especiais, o que eu posso dizer sobre esta matéria, é que o Município do Entroncamento tem nas escolas o número de pessoas e de pessoal não docente (e apesar do senhor deputado não gostar da palavra), superior ao rácio, que garante o acompanhamento dentro do que está definido. -----

----- O aumento dessa maneira que referiu, não tenho conhecimento. O que acontece, e estão aqui professores que o saberão, porque passam por essa experiência, e em particular no pré-escolar e no ensino básico, as crianças quando se matriculam nas escolas, muitas das vezes não estão diagnosticadas. Muitas das vezes não estão identificados os casos; o diagnóstico nem sempre é de um dia para o outro. O diagnóstico também pressupõe a colaboração dos pais e de outros profissionais e, por vezes, quando se deteta que aquela criança tem de facto necessidades especiais, classifica-se essa necessidade e determina-se um programa de acompanhamento, quando é o caso. E isso é feito pelo Agrupamento e a Câmara responde dentro do que é exigido e do que é possível fazer. -----

----- Posso dizer que, já durante este ano, no final do ano civil, considerando o aumento de alunos, considerando as necessidades que eram sentidas nas escolas, o rácio foi alterado, foi aumentado o número de pessoas que podemos ter nas escolas. Mas, mesmo assim, nós temos mais pessoas do que aquelas que, o dito rácio, nos obriga. Temos o número de pessoas a mais, para dar resposta a pessoas que faltam, sem ser por ausências prolongadas, porque só essas é que posso substituir, recrutando outras. E ainda nesta reunião de Câmara, levámos processos de recrutamento, para fazer face a ausências prolongadas. E essas ausências, normalmente, assim que o Agrupamento dá nota dessa ausência, de imediato os Recursos Humanos têm informação para pôr o processo a andar. Se naqueles dias não pudermos de imediato agendar, é aprovado e vai a ratificar à Câmara, para não haver demoras. -----

----- Isto é o que eu posso dizer sobre a questão. O senhor deputado não quantifica o que é este aumento. Pelo que eu percebi, é só uma sensibilidade que tem. Mas nós temos de trabalhar com dados mais objetivos. Se tiver esses dados e quiser disponibilizar, nós agradecemos, para avaliar e trabalhar de acordo com os mesmos. -----

----- Posso dizer ainda que temos programas nas escolas, tendentes a apoiar especificamente alguns alunos do espectro de autismo, em experiências piloto, com psicólogos e que o fazem no âmbito do nosso programa de combate ao insucesso escolar, que estão em campo e que estamos a avaliar como é que se estão a desenvolver, porque, de facto, reconhecemos que é necessário trabalhar mais e melhor estas situações. -----

----- Em relação ao senhor deputado Carlos Monteiro, eu não tenho nada a dizer sobre os seus incómodos. Nós não podemos trabalhar com incómodos provocados por estrangeiros, por migrantes. Tem direito à sua sensibilidade, à sua opinião, e é isso que eu lhe posso dizer. Não há mecanismo legal de proibir a entrada de pessoas, como sabe. -----

----- A nossa Constituição e as nossas Leis não permitem a proibição de entrada de pessoas nos concelhos. A Câmara não tem essa competência. Não há essa possibilidade e, portanto, o que lhe posso dizer é que nada se pode fazer nessa matéria. -----

----- Quanto ao alegado “calar”, uma coisa é emitir opiniões, e opiniões políticas, outra coisa é ofender. E não foi ofendido especificamente o partido socialista. Quem ler aquele documento, que está amplamente divulgado nas redes sociais, e que tiver a capacidade objetiva de saber, analisar e concluir o que são factos, o que são objetivos, e o que são meias palavras ofensivas para quem não concorda connosco, dentro daquela filosofia de que “quem concorda comigo é boa pessoa, quem não concorda comigo é mau e deve ser banido”, e adjetiva-se pejorativamente, isso nós não podemos tolerar. Eu não estou aqui a custo de tudo e mais alguma coisa. Há princípios de boa educação que eu acho que devem ser salvaguardados. -----

----- E foi isso que nós fizemos. Falei, antes da saída do documento, com o vereador em causa, expliquei-lhe, li-lhe a Lei. Disse que conhecia muito bem, que sabia muito bem, que estava a par e, no fim, mudou de opinião. Mas, é como lhe digo, todos nós temos direito às nossas opiniões. Não temos direito é emiti-las de forma ofensiva. Porque a nossa liberdade termina onde começa a liberdade dos outros e isto, não é uma guerra, temos de saber viver pacificamente uns com os outros, dentro das nossas diferenças de pensamento. E é isso que me norteia. -----

----- Em relação ao orçamento participativo, mencionado pelo senhor deputado Ricardo, concordamos e vamos trabalhar nesse sentido. Oxalá consigamos levar o projeto a bom termo.

----- Em relação à senhora deputada Susana Vieira da Cruz, o que lhe posso dizer é o seguinte: limitámo-nos a divulgar o resultado de uma votação. Se me acusar de que era mentira, eu aceito a crítica e emendo a conduta. Mas não é e, como tal, não posso dizer mais nada. -----

----- Em relação ao senhor deputado Bruno Melo, eu não sei, confesso, quais foram as questões que colocou, mas vou de seguida reiterar com os outros serviços, vamos ver e tentaremos, com certeza, dar uma resposta adequada. -----

----- Em relação ao Cemitério, está previsto e tem uma fase de expansão, de facto muito grande. Posso dizer-lhe que é de facto muito trabalho, mas já teve mais, porque a análise que nós

fazemos dos números e vem na informação que trazemos a esta Assembleia, é que o facto de termos o Crematório, reduziu as inumações no nosso cemitério. Mas estamos conscientes da necessidade de renovar os recursos humanos e foi ainda a esta reunião de câmara o recrutamento de duas pessoas para o cemitério. -----

----- Portanto, estamos a par e reconhecemos que há necessidade. -----

----- Os mecanismos de controle de migrantes e, pensando ainda no que há pouco disse também o senhor deputado Carlos Monteiro, o barulho que se faz e o incómodo de viverem muitas pessoas num apartamento. Aquilo que nós temos conhecimento e o que está em prática, é uma articulação estreita entre o Presidente da Câmara e as Forças de Segurança, no sentido de, sempre que se deteta alguma situação dessas, alertar as Forças de Segurança, para que possam também ter alguma atenção a determinados casos específicos e fazer a sua intervenção pedagógica, digamos assim, da boa organização da sociedade. -----

----- Queixas de barulho, ruídos incómodos, eu posso dizer que, infelizmente, eu estou na Câmara desde 2013, passam por mim os autos de contraordenação levantados pela PSP nesta matéria e os migrantes não são os mais ruidosos. -----

----- Relativamente aos mecanismos de controle, de acompanhamento, nós tentamos dentro do que são as nossas atribuições e, como se pode verificar na informação que vem à Assembleia e dos mecanismos que já criámos de apoio e acompanhamento de migrantes, desde o CNAIM, Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, onde damos apoio desde articulação com o SEPNA, inscrições, procura de emprego, encaminhamento para formação de português (para quem não sabe falar português). Isto mais na perspetiva de apoio a adultos. Nas escolas, temos toda a parte dos professores da organização do Agrupamento muito focados nesta realidade. ----

----- Nós temos, se não estou em erro, quinhentos e sessenta alunos estrangeiros nas nossas escolas. Muitos deles chegam-nos sem sequer ter a língua portuguesa como língua de origem. Na sua maioria, vêm de países cujo sistema de ensino não tem nada a ver com o nosso, as bases são diferentes. E isto é um desafio contínuo para os professores e para as escolas, porque os meninos não estão em turmas específicas (coisa que também não se desejaria), estão integrados. -----

----- Também trabalhamos a integração deles nas Associações desportivas e culturais e trabalha-se com a equipa multidisciplinar que a Câmara contrata e que coopera diariamente, quer no Agrupamento de Escolas, quer na Escola Ruy d' Andrade, em particular, na Escola Básica do Bonito e noutras onde vai, onde temos equipas desde psicólogos, terapeutas da fala, terapeuta ocupacional, técnico de ocupação, professor de yoga, que fazem, de facto, um trabalho complementar e de apoio aos professores, de integração de alunos. Quer sejam migrantes e precisem de apoios particulares, quer sejam miúdos com comportamentos menos adequados e que perturbem o funcionamento da escola. E é o nosso esforço, porque concordamos plenamente que devemos trabalhar a integração para lutar contra guetos e que é um desafio que todos nós estamos a aprender. -----

----- O **senhor Presidente da Assembleia**, concluiu assim o período de antes da ordem do dia, entrando de imediato no período de intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não havendo público que manifestasse vontade de intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia** entrou de imediato no período da Ordem do dia. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, ao abrigo do disposto na al.^a c) do n.º 2 do art.º 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Gostaria de fazer aqui uma pergunta à senhora Vice-Presidente e, depois do que a senhora Vice-Presidente me acabou de referir, com o aumento exponencial de alunos de outras línguas, que não têm a língua

portuguesa sequer, como é que nós, no quadro de pessoal do Entroncamento, na informação do Presidente, página 76, temos aqui cinquenta pessoas por contratar no Quadro de Pessoal. Alguns são auxiliares. E eu não consigo perceber. -----

----- Falta-nos algo que também é tão importante nos dias de hoje para a nossa cidade, que é um coordenador de proteção civil municipal. Porque é que não se preenchem os Quadros? Porque é que não se contratam Assistentes Operacionais, como diz aqui que faltam alguns. Porque é que não se contrata? Diz aqui no Quadro de Pessoal que falta. São cinquenta pessoas a menos neste município. Há aqui um paradoxo. Qual? Porque é que não se contrata? Porque é que se está a adiar algumas coisas, quando há necessidades, como a senhor Vice-Presidente acabou de referir, que nós estamos a receber crianças que nem a língua portuguesa falam. Se calhar, fizemos um mau contrato com o Agrupamento (pode ter sido essa a causa). Se calhar temos um Agrupamento que não consegue pedir mais à Câmara porque sabe que se pedir, pode causar algum constrangimento (isto sou eu a fazer futurismo, não faço ideia), mas está aqui, na página 76, é o Quadro Resumo de Pessoal. São questões que são prementes. -----

----- A escola é onde nós educamos as nossas crianças, onde nós contribuímos. Eu sei que muitas delas não estão referenciadas, mas muitas das vezes, até mesmo as equipas das ELIS, quando vão referenciar as crianças na pré, porque na primária já devem estar referenciadas, se houver um trabalho efetivo no pré-escolar. Cada um sabe da sua obra e eu neste momento também sei dessa obra. Se as ELIS fazem um excelente trabalho, então temos de potenciar ELIS, temos de contratar as pessoas que são necessárias, para referenciar as crianças e para as acompanhar. -----

----- Sabem quantas crianças temos na Escola da Zona Verde, por exemplo, e quantos funcionários temos para essas crianças? Se nós tivéssemos duas funcionárias por criança autista, e não se venham refugiar no rácio, porque os rácios são a maior coisa que pode acontecer para tapar o sol, mas é como a peneira. Porque os rácios não são reais. Nós todos sabemos disso. Eu, enquanto deputado eleito pela lista do CDS-PP, vou-vos dizer, os rácios estão mal feitos. Há, mas é do tempo do seu governo. Continuo a dizer, os rácios estão mal feitos. -----

----- É preciso pensarmos, temos cinquenta pessoas para contratar, treze delas são Assistentes Técnicos. Podiam estar muito bem nas escolas a auxiliar. -----

----- E é isto que eu queria perguntar, porque é que estão estas vagas por preencher e porque é que não temos Coordenador Municipal de Proteção Civil. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Susana Cruz**: Relativamente à questão da Escola Sophia de Mello Breyner e considerando a situação atual em que se encontra este dossier, ou seja, ausência de uma proposta concreta, técnica e cientificamente fundamentada por parte do executivo PS, para a resolução da situação em que se encontra este equipamento público; -----

----- Considerando a existência de um parecer, ou informação, como lhe queiram chamar, de um técnico superior do município, no MGD 2329/22, que contraria, ou parece contrariar ou pôr em causa as conclusões do LNEC, parecer este, a que foi recusado o acesso à verificação do PSD, por alegada confidencialidade do mesmo; -----

----- Considerando que o relatório do LNEC levanta sérias dúvidas quanto ao suporte factual em que se alicerçou, dúvidas inexistentes, na nossa opinião, de que são necessárias respostas científicas, esclarecedoras e inequívocas a esta matéria; -----

----- Considerando que foi proposto pelos Vereadores do PSD a criação de uma comissão técnica interna para o acompanhamento do processo de abertura dos mesmos poços realizados pela GEOTESTE, aprofundados ou alargados na medida necessária à correta identificação da fundação da estrutura, proposta, esta, que não foi aceite; -----

----- Considerando que na reunião de Câmara de 22 de fevereiro de 2022, a Sr.^a Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim, em esclarecimento às intervenções dos vereadores da oposição, neste assunto, informou que se encontrava em curso um processo de averiguações, que é um processo de investigação sumária, com vista a aferir se existe matéria para instaurar ou mandar instaurar

procedimento disciplinar ou, eventualmente, a instauração de processos de inquérito, nos termos do artigo 85.º, se, verificada a existência de infração, não estiver ainda identificado o seu autor; -----

----- Os eleitos do PSD nesta Assembleia Municipal, vêm, nos termos regimentais, requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, que informe esta Assembleia: -----

----- 1.º se a resolução da situação em que se encontra este equipamento público, está condicionada, na ótica do PS, ao desfecho do sobredito processo de averiguações e/ou outros de natureza disciplinar que lhe sucedam; -----

----- 2.º Quando é que se iniciou a data do início do processo de averiguações. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Costuma dizer-se que a ignorância é atrevida e a falta de vergonha também. Porque convenhamos que alguém que invoca a superioridade, diga-se assim, de conhecimento em matéria de engenharia e geotecnia de alguém que manifestou, no início de todo este processo, incompetência dos serviços da Câmara, que ele se incluía, para fazer aquele tipo de avaliação, e que inclusivamente sugeriu a contratação do LNEC, acho muito estranho que, quando se vai defender ao DIAP, fazer uma informação a falar em causa própria. -----

----- Mas há mais, é que se vai reiterando aqui um conjunto de mentiras, de uma espécie de religião, um credo que se criou aqui, dos teologistas, eu acho de uma segunda geração burguesa que se acha dona da verdade e que não se escusa a falar mentiras, que, nomeadamente, não há histórico de erros de fiscalização. E estou a lembrar-me de umas piscinas que estavam a construir, umas piscinas descobertas, junto aos campos sintéticos... Não, era uma pista de atletismo, em que exatamente as mesmas pessoas que fazem este tipo de afirmações, despacham da seguinte forma: “*construído de acordo com as melhores práticas da construção civil*” nada do que estava nas peças desenhadas estava naquela pista de atletismo. Custou cento e trinta e seis mil oitocentos e cinquenta mil euros ao município do Entroncamento, reconstruir aquela pista. Há histórico. -----

----- Mas há mais, é que nessa dimensão bipolar de bater com a mão no peito a dizer que o PS é muito sério, mas também ao mesmo tempo renegar a falar de uma certa dimensão independente, eu acho que há aqui uma certa dualidade na tentativa de recuperar, pelo menos, algum legado. Mas o único legado, até quando se fala que não há histórico de beneficiar quem quer que seja, lembro que, se há histórico nessa matéria, esse histórico, esse grande legado é do PSD. Temos um Presidente de Câmara condenado a dois anos e meio de prisão por prevaricação de titular público, exatamente por beneficiar um empreiteiro desta cidade. -----

----- Portanto, a nós, PS, que foi um nome muitas vezes invocado na tentativa de democracia, que essencialmente é feito por pessoas sérias e que eu não admito nem reconheço legitimidade nenhuma a quem tem este tipo de precedentes, que venha colocar o seu nome na lama. -----

----- Acho também de profundo mau tom que se coloque em causa o nome do LNEC. Aliás, quem faz a intervenção pela bancada do PSD, sabe, normalmente, a quem é que o Tribunal recorre quando há algum diferendo em relação a opiniões de engenheiros diferentes. Normalmente é exatamente ao LNEC, que é a entidade reconhecida como mais credível. -----

----- No entanto, e não obstante tudo isso, eu acho que há aqui uma coisa clara, se alguém anda a tentar chafurdar num lodaçal que nada traz de bom à democracia, depois de fazer aqui um grande apelo a que se dignifique aquilo que é a ação política, não contem connosco. E aquilo que eu exorto, neste caso o senhor Presidente não está cá, mas exorto o senhor Presidente a tomar uma atitude, de pegar numa informação do técnico, que se declarou incompetente para fazer aquele tipo de avaliação no passado, que apenas quando foi confrontado com aquilo que eram as confirmações do LNEC e, mais uma vez, eu volto a dizer que a ignorância é muito atrevida, porque não é sobre buraquinhos, a Câmara Municipal do Entroncamento não faz buraquinhos, para entretanto verificar se existem sapatas ou não. -----

----- O problema é se existem sapatas ou não, porque aquilo foi feito num sapal. Havia um terreno, de uma cedência, que era de uma urbanização no Saldanha Norte que, entretanto, se

abdicou dessa cedência de um terreno que valia sensivelmente 1,2 milhões de euros, em troca da tal construção daquele parque desportivo que, inclusivamente, já não é só a pista de atletismo que apresenta problemas, porque vários pais também já me constataram que o abatimento dos campos sintéticos, provavelmente, este mesmo município vai ter de arcar com as despesas, muitas delas, provavelmente escusadas, se tivesse havido a tal fiscalização de obra e sobretudo, o rigor, a decência, gerir bem a coisa pública. -----

----- É esse o precedente que têm para apresentar à praça. Portanto, não aceito nenhuma lição moral. -----

----- Mas como estava a dizer, exorto o senhor Presidente da Câmara a pegar na informação do técnico da Câmara Municipal e neste momento, em termos de confidencialidade, ela foi lida por um Vereador do PSD numa reunião de Câmara e a remetê-la de imediato para o LNEC, para que eles se pronunciem. Porque, efetivamente, a transparência acima de tudo. A mim, e naturalmente ao Partido Socialista, o PSD não dá lições, nem de seriedade, nem de transparência. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Susana Cruz**: Senhor Ricardo Antunes, prezo a sua intervenção e a resposta diretamente que me fez. -----

----- Primeiro ponto, já se começa a tornar um *modus operandis* da bancada do Partido Socialista, de sacar da cartola duas ou três situações do passado, para justificar situações do presente. A mim, enquanto deputada eleita pelo PSD, bem como toda a bancada do PSD, só nos movemos pelo seguinte: a descoberta da verdade, seja ela qual for. Como disse, e bem, trabalho com factos e, portanto, a factualidade e, o que está em causa aqui, é se todos os factos que eram essenciais e relevantes chegaram ao conhecimento deste gabinete LNEC. -----

----- Não sou engenheira civil, não vou discutir se esse estudo feito pelo LNEC, sequer se justifica nesta obra em causa. Já ouvi vários pareceres, mesmo de engenheiros civis que já fizeram parte desta bancada e que acompanharam as visitas a este edifício, a este equipamento público, e que até defendem que não se justificava. Isto não se trata de uma ponte, trata-se de uma escola, que parece que o terreno cedeu. Decorridos estes anos, o piso movimentou-se e o edifício cedeu. É normal e, portanto, neste tipo de construções existem soluções adequadas, porque poderá ser normal, sabemos isso, porque se o piso se move, haver aqui algumas movimentações da estrutura. -----

----- Agora, o que é preciso saber, é se todos os factos e todos os elementos que deveriam chegar ao LNEC, para elaboração do relatório, chegaram ou não chegaram. Eu não sei se chegaram. Sei daquela informação que nos fizeram chegar, enquanto eleitos na Assembleia Municipal e à vereação, e sei da existência deste parecer, desta informação deste técnico superior (chamem-lhe parecer ou informação) e eu pensei que a mesma já teria sido enviada para o LNEC. Mas pelo que me apercebi pelo deputado Ricardo Antunes, estar a exortar o Município a fazê-lo, foi porque ainda não foi. -----

----- Não percebo a confidencialidade, acho que estes assuntos têm de ser tratados com a seriedade que têm e, portanto, têm de ser apurados. Descoberta das verdades, descobrir a factualidade do que é importante e do que não é, para que todos aqueles, que não somos técnicos, não somos engenheiros civis, do ponto de vista técnico e científico, termos a certeza. Estamos a falar de milhões e poderá não ser necessário, e eu acredito que não será necessário pela informação de que dispomos no momento, gastá-los ao erário público, podendo solucionar este problema, e colocar este equipamento público ao dispor das nossas crianças. -----

----- A escola está fechada, as crianças foram transferidas (e bem, não ponho isso em causa, eu faria o mesmo), para outras escolas, porque o que está em causa é a segurança. No entanto, estão sobrelotadas outras escolas, com todas as condicionantes que já aqui foram faladas. -----

----- Este problema precisa de ser urgentemente solucionado e, portanto, a atuação da oposição tem a ver, não como um empate de não querer solucionar, antes pelo contrário, a de querer ter certezas cabais de que, efetivamente, esta ou aquela solução, seja ela qual for, é a correta e a adequada. Mas não aceitamos imposições de outro género. -----

----- Voltou a pedir a palavra o senhor **deputado Ricardo Antunes**: Dois valores maiores, colocar um aditamento, o mais rapidamente possível e já foi falado aqui de um outro problema que está a colocar uma pressão enorme, dentro daquilo que é, com a quantidade de gente que estamos a receber, aquilo que vão ser as nossas necessidades em termos de educadores e também de saúde. -----

----- Mas também devo lembrar uma coisa, o projetista pediu um estudo geológico daquele terreno. Aquele terreno, era um sapal. É possível construir. Em obras de engenharia, hoje em dia, é possível construir tudo. É preciso é gastar dinheiro. E negando um estudo geológico do terreno, aquilo que o Presidente de Câmara fez, e aquilo não é do presente, é do passado, independentemente das circunstâncias. -----

----- Agora, aquilo que tem sido feito, é tentar branquear, pegando numa informação de um técnico, que é a única informação que se tem, propalando boato, inclusivamente falando de valores, muito inferiores àquilo que seria a realidade, inclusivamente aquilo que é colocado pelo próprio LNEC, que diz que, pela proximidade dos valores era importante serem ponderados. Há aqui uma coisa interessante e perfeitamente de acordo, cem por cento a favor da transparência, sobretudo de uma coisa, superior interesse daquela comunidade escolar que precisa do equipamento. -----

----- Porque também acho que estarmos aqui, agora, a olharmos para dinheiro, e essa questão de objeção a ser construído. Eu já nem vou pôr isso em cima da mesa, porque bastava fazer contas com o prazo da obra, que esta questão já foi discutida atrás. A verdade é que estavam a discutir as peças de procedimento, pela segunda vez, porque, entretanto, o outro concurso ficou deserto. Portanto, já era a contratação. E engraçado, aquilo ia bater em dois mil e vinte e cinco. Se calhar, é um ano que não interessa muito bem ficar resolvido. Não sei se é conjuntural ou não, também não é para aqui chamado, só apenas em apreço à consideração que fez. Espero bem que assim não seja. Espero que efetivamente o superior interesse seja o das crianças. -----

----- Agora aquilo que tem sido, efetivamente, e é também a minha opinião, é uma tentativa de branqueamento daquilo que aconteceu no passado. Porque não há um assentamento de um terreno! Uma coisa são patologias táticas, outra coisa são patologias dinâmicas. Que era aquilo que aquele edifício tinha. -----

----- Portanto, logo à cabeça, a leviandade com que eram tratados uma série de processos, é que não são meia dúzia de casos, é “cada cavadela, cada minhoca”. Se quiser que eu elenque mais um conjunto de casos de leviandade de como isto era gerido, eu consigo elencar-lhe mais alguns. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **Vice-Presidente**: Em relação à primeira questão colocada pelo senhor deputado Pedro Gonçalves, do CDS, não sei se conhece a técnica e as regras de organização de um orçamento e de um quadro de pessoal. Mas posso dizer-lhe que, por Lei, somos obrigados a colocar no quadro de pessoal, aprovado no início do ano, todos os lugares, todos os contratos, que se presume que vão ser celebrados durante o ano decorrentes, seja substituições, seja de ausências, aposentações, mobilidades, consolidações de mobilidade. Isso faz com que, no quadro, haja sempre e que seja orçamentado esse valor. -----

----- Isto é uma técnica que é exigida, formal/administrativa, e que em de ser seguida pelo Município. Daí este número de vagas que estão aqui registadas, que não quer dizer que sejam necessidades imediatas de recrutamento. De uma forma simples, o que lhe posso dizer sobre esta matéria, eu não sou especialista, mas sei que é assim. -----

----- Em relação aos assistentes operacionais das escolas, não há falta de contratação, senhor deputado. Já disse há pouco e volto a dizer, inclusive, há pessoas que ultrapassam o número que está estipulado. -----

----- O senhor diz que o rácio está errado. Eu gostava de saber porque o diz, com que fundamento? Diz que não é adequado. Mas fazer acusações sem factos, como dizia aqui a senhora deputada Susana, nós, em direito, somos obrigados, primeiro, a olhar para os factos e depois, com base neles, aplicar a Lei e tirar as conclusões. Conclusões, sem estas duas partes,

eu não posso validar; é tudo o que lhe posso dizer sobre isto. Se me quiser fazer chegar os factos e o enquadramento pelo qual entende que está errado, nós avaliaremos e estudaremos com certeza e, se calhar, até podemos propor coisas diferentes ao Ministério da Educação. -----

----- Em relação à senhora deputada Susana, quanto ao JI, eu não me vou alongar, só vou dizer aqui que este assunto é sobejamente conhecido de todos e aquilo que eu verifico, é que, sucessivamente, se esquecem do que convém e só falam do que interessa. Eu vou ler a informação e nós, Câmara Municipal, temos tentado levar a deliberação propostas assentes em pareceres técnicos, em pareceres fundamentados. -----

----- E a proposta que levou à decisão de demolir o JI e fazer de novo, feita por um engenheiro da casa. Eu vou ler-vos a parte final, que consta já em deliberação, mas que é sempre bom recordar. Ele acompanhou o processo desde o início e, quando se recebe o relatório do LNEC, conclui que: *«... o jardim de infância não se encontra em condições de segurança para ser utilizado no seu estado atual, sendo necessário uma intervenção de reabilitação global e profunda, quer ao nível das fundações, quer ao nível da estrutura.»* No último parágrafo, diz ainda o LNEC: *«... a solução a adaptar deverá ter em conta as conclusões de um estudo custo/benefício, que equacione diversas alternativas, incluindo a reabilitação e a reconstrução.»* E esta afirmação tem sido usada para nos acusar de termos ultrapassado este passo. E nós já explicámos, sucessivamente, porque é que o ultrapassamos. -----

----- Na deliberação da decisão da demolição, diz: *«...contudo, analisando pormenorizadamente o teor das deficiências elencadas no relatório, somos de opinião que o estudo custo/benefício a realizar, implicaria análise pormenorizada de todos os elementos estruturais, desde as sapatas, até à laje de cobertura. Isto é, todas as sapatas, as vigas e os pilares, devem ser reforçados. Igualmente devem ser reconstruídas todas as paredes, por apresentarem fendas e fissuras, sendo previsível concluir que o trabalho de análise custo/benefício entre as duas opções possíveis, será moroso e acabe por concluir com a recomendação da demolição.»* -----

----- Assim, a minha opinião pessoal (e isto é esquecido sucessiva e deliberadamente) e reiterando a opinião dos técnicos do LNEC, expressa na reunião realizada por videoconferência em 18 de março de 2021, com as presenças do senhor Presidente da Câmara, da senhora Vereadora da Educação, à data, da senhora Diretora do Agrupamento de Escolas, do senhor Subdiretor do Agrupamento e do Chefe de Divisão de Obras e Urbanismo e do signatário deste documento, considero que as exigências a ter muito em conta, com uma hipotética reabilitação, com reforço de todos os elementos estruturais e demolição e construção de várias paredes, ao que acresceria maior dificuldade de liberdade de ação e desenvolvimento do trabalho, bem como a tentativa de danificar o menos possível os elementos dos outros projetos das restantes especialidades, a melhor opção é a demolição.» -----

----- Isto foi a opinião reiterada pelos técnicos do LNEC, nesta reunião realizada e disseram que, não puseram por escrito no relatório, de acordo com instrução interna de que, a decisão final, deve sempre caber ao cliente, não a quem faz o parecer. *«Pelo exposto, considero que se deve avançar por uma reconstrução, ou mesmo para um projeto totalmente novo.»* -----

----- À parte isto, quem conhece ou conheceu o J.I. Sophia e acompanha estas situações com rigor e preocupação do bem-estar das crianças, sabe e lembrar-se-á com certeza, das inúmeras queixas e reclamações daquele projeto urbanístico, que não está adequado às condições climáticas do Entroncamento. E nós também entendemos que era uma oportunidade de dar uma melhor solução urbanística, para um equipamento daquela natureza, adequada às condições climáticas. -----

----- Este foi o fundamento da nossa decisão de optar por uma deliberação de demolição e reconstrução, à data aprovada. Entretanto, também levámos ao conhecimento do Ministério Público, um conjunto de factos que elencámos até 2014, para que apurassem, no âmbito das respetivas competências, o que entendessem por bem. E, a partir daí, não temos mais nada a ver com perseguições. O que é estranho, é que, no decurso do inquérito, aparece de facto uma

informação de um técnico da casa que, enquanto chefe de divisão, numa determinada data, encomendava o acompanhamento das deficiências daquela escola a um colega de profissão, depois vem pôr em causa a sua idoneidade. No decurso do acompanhamento fomos monitorizando. -----

----- Posso dizer-vos que o LNEC acompanhou estas obras desde 2018. Veio ao local, recomendou a elaboração do estudo técnico, fez uma primeira análise onde recomendou o encerramento imediato de várias salas, pelo perigo que representava o facto das fendas diagonais que ocasionavam a separação da parede do teto. O que foi feito. E, de seguida, preparou um conjunto de elementos, com base no estudo geológico que tivemos de fazer com uma empresa especialista, e, a partir daí, fez a sua análise laboratorial, com a análise dos documentos e apresentou. Isto consta do relatório que conhecem, eu só estou a repetir coisas que são do conhecimento geral. -----

----- Portanto, fez a sua conclusão com base em estudos de laboratório, de análise, de colheitas, de recolhas, por parte de técnicos credenciados. E foi esse relatório, e é esse relatório técnico e científico, preparado por pessoas isentas e de idoneidade reconhecida, que nós seguimos. -----

----- Porque é que aparece o LNEC? Porque é que é contratado o LNEC?, Porque é que é contratada uma empresa especialista, com equipamento especial para fazer o estudo geológico e para depois fazerem os restantes técnicos a análise? Porque os serviços, de acordo com o que está registado numa decisão, numa proposta de decisão de contratar os dirigentes do serviço, reconheciam que a Câmara não tem competências para preparar aquele trabalho. Não tem equipamento adequado, porque não é com uma retroescavadora que se chega a alguma conclusão. Não tem técnicos com experiência e conhecimentos nesta área específica e colocaram isso por escrito. E foi isso também que, como é de Lei, aliás, tem de ser especificado porque é que a Câmara compra fora; a Câmara compra fora quando não tem recursos para o fazer dentro de casa. E foi isso que se passou. -----

----- Portanto, vir depois, na sequência de todo este processo, das investigações do Tribunal, uma pessoa que esteve no serviço sempre, dizer que tinha fotografias e tinha elementos que os técnicos do LNEC não tiveram acesso, é, no mínimo, estranho. -----

----- Mais, essa informação surge, e agora vou-lhe responder à questão da confidencialidade; eu nunca disse, e agradeço que sejam objetivos, que estava a correr um processo de averiguações. Eu expliquei, na última reunião, que um processo disciplinar carece, previamente, de um processo de averiguações e, para se chegar à conclusão de abertura de um processo de averiguações, há que recolher elementos. Desde a conduta, o que é que aquela conduta contribuiu para violar os seus deveres (não entrei neste nível de pormenores, mas vou entrar agora), a conduta registada, o que é que aquela conduta pode representar em termos de violação de deveres disciplinares, o que é que aquela conduta pode representar em termos de consequência, quer desde o momento em que é apresentada, quer demonstrando, com aquele comportamento, o que é que pode daí advir prejuízo para o Município e isto, foi o que eu disse. -----

----- Estamos em fase de averiguações. De aperceber os factos. Nunca disse que já estava aberto um processo de averiguações. Portanto, não lhe posso dizer a data em que ele abriu, porque ainda não disse. -----

----- Obviamente que a Lei de acesso aos documentos administrativos, para não falar noutras, diz que o acesso aos documentos administrativos, é livre. Eu nem preciso dizer porque é que quero. Não tenho de demonstrar o meu interesse. Mas também diz que há restrições no exercício desse direito e essas restrições consistem, entre outros aspetos que eu não tenho de cor, não permitir o acesso a processos que não estejam concluídos. E este é um desses casos. Se isto choca, lamento. Se isto não se quer perceber e com esses factos quer levantar uma nuvem de credibilidade, lamento. Se não agrada, lamento. -----

----- Agora, estes são os factos. Também teremos de averiguar a legitimidade de alguém que, na posse de um documento que não devia ter em mão, o resolve divulgar da forma como o fez.

Isto não é colaborar com o funcionamento dos Serviços. Na nossa opinião, e podemos estar enganados, vamos averiguar. -----

----- Seguidamente, dizer que, obviamente que nós não estamos parados e agradeço a exortação do deputado Ricardo, mas nós não estamos parados com este assunto. Obviamente que o que nos preocupa, o que nos move, são opiniões científicas. Se, na sequência do reforço dessas opiniões, houver registo de que estamos enganados, assumiremos o engano. Mas temos a certeza absoluta que não há processo de demolição, que seja definitivamente ou ostensivamente mais caro que um processo de reconstrução, face às especificações que nos foram explicadas, que o processo de reconstrução apresentava. -----

----- Vir dizer que custava para aí 400 mil, vale tanto, como eu dizer que custava 500 ou 600. São “bocas” que se mandam e, neste caso, volto a dizer que, caso tenham elementos que permitam concluir que são 400 mil, que apresentem. Mas não venham conclusões que só servem para lançar areia aos olhos de todos. -----

----- Resumindo e concluindo, e para fechar a minha informação sobre esta matéria, não vou pronunciar-me mais sobre o dito MGD, porque de facto está num processo que não está concluído e o acesso ao mesmo é restrito. -----

----- Sobre as decisões que a Câmara tomou, foram decisões fundadas em pareceres técnicos, de gente credível, em que foram os Serviços que pediram a contratação fora, por reconhecerem a não existência de capacidade interna para o fazer. Não quer dizer que sejam pessoas incompetentes. Quer dizer que não têm conhecimentos específicos para aquele trabalho e, reconhecer isto, não é reconhecer-se incompetente, é ser-se profissional e dizer, eu não sei fazer isto bem feito. -----

----- Mas isto também significa que não podemos depois, pôr em causa, sem mais nem menos, o reconhecido mérito destas pessoas. E foi feita uma proposta de uma reunião com o LNEC e elementos do PSD. Recusaram. Porque aquilo que queriam era trazer para a praça pública o LNEC, pôr em cheque, numa reunião com uma série de gente, pôr tudo em cheque. E para isso nós não estivemos disponíveis. Porque há aqui também o reconhecimento de deontologia e nós devemos respeito a quem o merece. -----

----- E pronto, penso que respondi a todas as questões colocadas pela senhora deputada. -----

----- Em relação à informação, e dado o adiantado da hora, gostaria apenas de fazer aqui duas ou três correções. O documento tem aqui dois ou três lapsos de escrita. Na página 92, no âmbito da informação dos serviços financeiros, quando se diz que o Município não tem pagamentos em atraso, porque está a cumprir as obrigações decorrentes do Orçamento de Estado 2021, não é 2021, mas sim 2023, foi um lapso; -----

----- Na página 73, quando se diz que há um processo em curso que aguarda o trânsito em julgado, esse processo já tem o trânsito em julgado. -----

----- Já agora, dar nota e dar os parabéns ao Serviço Jurídico porque, como podem verificar na informação, todos os processos contestados pela Câmara, têm sido ganhos. Este é mais um, tem a ver com um diferendo que vamos tendo com um senhor que se chama Pedro Dâmaso, que vai pondo ações sucessivas à Câmara. Conforme o Tribunal as vai decidindo vai dizendo que ele não tem razão, tem a ver com a sua vontade de não existir Parque Empresarial, mas pronto. Só para dizer que esse processo já está também com o trânsito em julgado. -----

----- O Quadro da página 78, também está repetido, foi um lapso da impressão; -----

----- Também dar nota do grande volume de trabalho que representa para os Serviços, desde o urbanismo ao Serviço de Pessoal, decorrente da descentralização, dado que de facto trouxe um acréscimo de trabalho brutal, no Jurídico com o serviço para a área das contraordenações; no Serviço Pessoal com todo o processamento dos funcionários que recebemos a mais; na Educação, todo o trabalho que fazemos de acompanhamentos. Estou a lembrar-me de um projeto que nos é muito caro, que tem a ver com o despiste do daltonismo. É um projeto que estamos a implementar nas escolas, que é um fator muito pouco falado, mas que contribui

fortemente para o insucesso escolar. É uma iniciativa muito interessante que, em boa hora, alguém nos fez essa proposta e nós aderimos a ela. -----

----- Também terminámos o PEDIME 2 com uma taxa de execução excelente. Fomos dos melhores municípios na Comunidade Intermunicipal. Estamos a preparar o PEDIME 3, que, como sabem, é um programa de combate ao insucesso escolar e estamos a prepará-lo convencidos de que vamos fazer melhor, face aos ensinamentos que já tivemos no passado. No âmbito do qual a terapia da fala, psicólogos, vários terapeutas, conseguimos reforçar a equipa que o Agrupamento tem. -----

----- Também o sucesso tem sido o esforço, e aqui louvar o esforço também do Agrupamento de Escolas, nomeadamente com a gestão direta dos refeitórios, que tem sido um esforço bem conseguido, obviamente com algumas dificuldades que vão sendo ultrapassadas, mas que contribuimos fortemente para a melhoria da alimentação das crianças e todos sabemos que, para muitas, a melhor refeição que comem é a que comem na escola. -----

----- Lembrar que nós damos leites e vou contar-vos um episódio que é ternurento: houve uma mãe, migrante, que se dirigiu à Câmara, porque queria pagar. E o que é que ela queria pagar? O pequeno almoço. E o que era o pequeno almoço? As escolas disponibilizam o leite às crianças durante a manhã e, com o leite, as senhoras professoras e as auxiliares dão um pacotinho de bolachas. E a mãe queria pagar o pequeno almoço, porque aquilo era o pequeno almoço da criança. -----

----- Isto penso que dá nota do grau de reconhecimento desta gente que vem de terras onde não têm nada e que reconhece o pouco que lhe é dado e que nós tantas vezes desprezamos. -----

----- Estamos apostados em trabalhar bem. Reconheceremos os erros e estamos disponíveis para ouvir todas as críticas construtivas. -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**: São duas ou três notas que eu não posso deixar passar e a bancada do PSD está aqui um bocadinho “maldisposta”, digamos assim.

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Eu dou a palavra aos senhores deputados para poderem intervir e colocarem as questões que querem e depois passamos ao ponto seguinte. Neste momento, já são vinte e três e trinta e peço-lhe que coloque a sua questão por escrito. -----

----- Interveio a senhora **deputada Paula Carloto**: Não posso colocar por escrito, porque a senhora Vereadora também não fez por escrito e excedeu-se naquilo que falou. Há coisas que não podem ser ditas. -----

----- Interveio o **senhor Presidente da Assembleia**, recordando o papel da Mesa da Assembleia na condução dos trabalhos, reafirmando que as questões fossem colocadas por escrito. -----

----- A senhora **deputada Paula Carloto**, voltou a intervir, para referir o dever da ordem e o dever da contagem dos tempos, propondo que, doravante, haja contagem de tempos, para se perceber quem é que intervém mais e porque é que há uns que podem dizer tudo e, de repente, dizem o bom e o mau, o que interessa e o que não interessa e outros não podem dizer nada. -----

----- O **Presidente da Assembleia Municipal**, entrou de seguida no ponto dois da ordem de trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“REGULAMENTO DA ZONA DE PESCA LÚDICA DA ALBUFEIRA DO BONITO E FUNDAMENTAÇÃO DA CRIAÇÃO DE TAXAS, de acordo com a al.^a g) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Esta proposta de Regulamento foi aprovada por unanimidade no último executivo e, previamente, toda a documentação foi distribuída a todos os deputados. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Este é um documento que está relativamente bem elaborado. Penso que os clubes tenham sido ouvidos, pois foi isso que ouvi na reunião de câmara, porém, há aqui uma coisa que é, na falta de isenção para aquelas pessoas

que moram na nossa cidade, que já pagam tantos impostos, taxas e taxinhas e vão pagar um euro para poderem pescar. -----

----- Nós não nos podemos esquecer que existem pessoas que pescam, que são reformados, que são pessoas que já não têm muito mais para fazer e que vão para ali entreter o seu tempo. E que, impossibilitados, porque se forem para ali pescar todos os dias... vamos encontrar, se calhar, algumas pessoas que vão deixar de ir pescar para ali e que irão pescar para outros sítios que, têm menos pessoas a passar e podemos pôr em risco, pessoas com mais idade dado que ali está controlado porque existe vigilância, existem as pessoas que passam regularmente à beira do rio. Acho que devia ter sido acautelada uma isenção, não só para os clubes (não nas provas, naturalmente), mas principalmente para os moradores na nossa cidade. Ou então, quanto mais não fosse, para os reformados. A pesca, é o único entretém de alguns dos reformados. E estamos a falar de um assunto importante, de uma faixa etária de algumas pessoas que não têm mais nada para fazer. Nós, quando vamos ali passear, tanto vemos jovens da nossa cidade, como vemos idosos. E preocupa-me não ter sido acautelada uma isenção. Por exemplo, através dos cartões do idoso. Alguma coisa que também ajudasse a fomentar isso. É algo que pode não ter sido pensado. Obviamente que devia ter sido proposto por quem está no executivo. -----

----- Eu apoio, mas queria deixar aqui este aleta. Ele está bem, porém, esquece-se desta parte sociológica, que existe com esta pesca. Sim, as pessoas têm hábitos sociais, por isso, sociologia. -----

----- Foi dada a palavra à senhora **Vice-Presidente**: Nós, quando fizemos a primeira versão deste regulamento, a Lei foi alterada, desde 2015 que andamos a tentar ter um regulamento. Entretanto, deixou de se chamar regulamento, chama-se “Plano de Gestão da Albufeira do Bonito” e o ICNF é a entidade que tutela e valida estes documentos. -----

----- Na primeira versão, depois de falarmos com os clubes e com pescadores, tínhamos proposto uma isenção para as Associações da terra e isenção para pescadores de idade inferior a 16 anos (poderem ter licença, mas não pagando) e o ICNF devolveu a proposta de regulamento invocando o enquadramento legal que não permite este tipo de isenções. Então, falando também com pessoas, pescadores por este país fora, e considerando também a avaliação que é obrigatória fazer para a fixação das taxas, entendeu-se que um euro era um preço perfeitamente plausível e aceitável na opinião dos pescadores que, aliás, segundo os próprios, é o preço praticado por este país, para estes tipos de licenças especiais de pesca. E a solução para as crianças de idade inferior a 16 anos, não tiram licença, não podem pescar sozinhos, mas serve a licença do adulto que os acompanha. Ou seja, na prática, também não pagam e será com certeza um instrumento plausível para poder fomentar este hábito de pesca junto das camadas mais jovens. -----

----- Portanto, foi acautelado, foi tentado, não é possível. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto dois da Ordem de Trabalhos à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número dois da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e dois votos**, sendo, oito votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, dois votos dos independentes, um voto do partido CHEGA, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- Passou-se de imediato ao ponto três da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO ORÇAMENTAL), de acordo com a al.ª a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: A proposta foi aprovada por maioria na reunião de Câmara Municipal e toda a documentação e fundamentos, foi dado a conhecer a todos os deputados e Presidentes das Juntas de Freguesias. -----

----- Atendendo a que ninguém quis intervir neste ponto da ordem dos trabalhos, o **senhor Presidente da Assembleia** colocou-o à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **catorze votos a favor**, sendo, oito votos a favor do Partido Socialista, dois votos a favor dos independentes, um voto a favor do partido CHEGA, um voto a favor do Centro Democrata Social-Partido Popular, um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; um voto contra do Bloco de Esquerda; e sete abstenções, sendo seis abstenções do Partido Social Democrata e uma abstenção da Coligação Democrática Unitária. -----

----- Solicitou a palavra a senhora **deputada Paula Carloto**, para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

«A Revisão aqui apresentada não impacta o orçamento aprovado nesta Assembleia há cerca de dois meses, nem indicia que no futuro sejam alteradas de forma significativa as opções estruturais já tomadas nesse mesmo documento que considerámos, e consideramos, um mau orçamento para a cidade. É uma formalidade necessária para incorporar o saldo de gerência.» -----

----- Solicitou a palavra a senhora **deputada Céu Carvalho**, para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO BLOCO DE ESQUERDA -----

«Em princípio, não estaríamos contra a incorporação do saldo de gerência do ano passado, no orçamento deste ano. Não tem sido opção do Bloco de Esquerda a rejeição desta operação em anos anteriores, pese embora possamos não nos rever inteiramente nos orçamentos anuais, com execução já em curso. -----

Simplesmente na proposta que agora nos é apresentada, os reforços financeiros para investimento, contemplam uma verba de cem mil euros, que é na prática a validação de uma nova opção programática e orçamental. Trata-se dos cem mil euros destinados à requalificação da chamada “linha da guerra”, adjacente ao Bairro Camões, operação que nos documentos provisionais, estava datada de um único euro. Verba simbólica, apenas para abrir o item. -----

Na prática, não se previa aí qualquer investimento neste ano, o que agora está a ser implicitamente decidido. -----

Não vislumbramos razão plausível para justificação da retirada de cem mil euros aos cofres municipais, para requalificar esta linha. -----

Mais, quando surgem tantas exigências no Município, em matéria de apoios sociais e outros.» -----

----- Passou-se de seguida ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE, de acordo com o ponto 1 da cláusula 6.ª do Protocolo de Cooperação para a Igualdade e a Não Discriminação” -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Esta proposta foi também aprovada por maioria na reunião de Câmara e a documentação relativa a esta entregue a todos os senhores deputados. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Irei votar contra este documento e irei apresentar uma declaração de voto. -----

----- Desde já, devo dizer que sou favorável a todo e qualquer tipo documento, de parecer, de algo que se possa fazer para acabar com as desigualdades, sejam elas de que ordem forem. Porém, pelas minhas características, pela minha pessoa, não posso concordar nem aceitar, que

esteja um ponto três “garantir as condições de educação e uma formação livre de estereótipos de género”. Existem valores, existe ciência e há uma história. Não podemos negar. Nós chegámos aqui. Porquê? Porque havia o que tem havido. -----

----- Não vamos doutrinar as Escolas, os Municípios. Não podemos doutrinar aquilo que não é doutrinável. Existe ciência, existe história e, para além de tudo isso, existem valores. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Bruno Melo**: Acerca deste plano, urge saudar o dia internacional da mulher. Instituído em 1910 e que é um símbolo da luta das mulheres contra a inferioridade que lhes foi imposta pela sociedade, no trabalho e na vida. -----

----- Apelamos à Câmara Municipal do Entroncamento a inclusão de medidas que visem a necessária articulação entre as entidades e organizações nacionais e locais, com vista a exigir do Poder Central, medidas conducentes à garantia e ao reforço do acesso das mulheres ao serviço público, designadamente na saúde, segurança social, educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, idosos e às pessoas com deficiência. -----

----- Apelamos também, que se possa contribuir de forma aqui ativa, para dar eficácia dos instrumentos de intervenção e de apoio às vítimas de violência doméstica e que responsabilize o Poder Central na criação de uma rede de apoio, com vista a reforçar a informação, encaminhamento e sinalização das vítimas de violência doméstica. -----

----- Que se saúdem as comemorações do Dia Internacional da Mulher. -----

----- Faremos declaração de voto. -----

----- Ninguém mais querendo intervir, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto quatro da Ordem dos Trabalhos, à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **doze votos a favor**, sendo, oito votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor do Bloco de Esquerda, e voto a favor da Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto a favor do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista; quatro votos contra, sendo, dois votos contra dos independentes, um voto contra do partido CHEGA e um voto contra do Centro Democrata Social-Partido Popular e, seis abstenções do Partido Social Democrata. -----

----- O senhor **deputado Pedro Gonçalves**, pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO CENTRO DEMOCRATA SOCIAL-PARTIDO POPULAR -----

«Sou favorável a toda e qualquer modus operandis que potencie a não discriminação, porém não posso ser favorável, ao ponto 3 do plano de ação Garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género. Há valores, há ciência, há história. Não podemos negar o que nos trouxe até aqui. Nesse sentido votamos contra, mas sempre sendo favorável ao fim de toda a discriminação, mas nunca apoiar uma doutrinação dos nossos jovens e crianças.» -----

----- Pediu a palavra a senhora **deputada Susana Cruz**, para apresentar a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO -----

«Os eleitos do PSD reconhecem a importância da implementação de um Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, no entanto, existem várias questões do Plano que podem e devem ser melhorados e ou alterados, nomeadamente no que diz respeito aos indicadores usados para medir ou avaliar a concretização dos objetivos, havendo necessidade de ponderação e definir de forma sustentada e criteriosa a escolha dos mesmos, razão pela qual apresentam voto de abstenção.» -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Carlos Monteiro**, para fazer a seguinte declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO INDEPENDENTE – CARLOS MONTEIRO -----

«Eu, Carlos Monteiro, Deputado Independente ou não inscrito, não me revejo na Proposta de Plano Municipal para a Igualdade, visto que estão a ser ultrapassadas as regras da vida em sociedade e tornando cada vez mais difícil conseguir integração de certas e determinadas “pessoas”.» -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO INDEPENDENTE – FERNANDO FARINHA -----

«Serve o presente, Fernando Farinha, Deputado Independente, em análise à proposta de Plano Municipal para a Igualdade, a meu ver, trata-se de, em parte, de matéria bastante delicada, como tal, e tendo em conta os meus ensinamentos, a minha educação, não permitem ficar indiferente a este tema e incomoda-me a forma como é tratado, traduz-se numa perda de valores da nossa sociedade e aproveitamento político.» -----

----- Passou-se de seguida ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES REFERENTE AO ANO DE 2022 DA CPCJ, de acordo com o art.º 32.º da Lei 147/2019, de 1 de setembro, alterada pela Lei 142/2015, de 8 de setembro” -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Este ponto é para conhecimento. Todos receberam o documento. -----

----- Pediu a palavra o senhor **deputado Pedro Gonçalves**: Eu queria simplesmente saudar o trabalho que a CPCJ faz. Sei que nem sempre são bem compreendidos, mas, dentro das limitações, que são algumas, sejam elas financeiras, sejam elas de Lei, fazem um trabalho que é bastante meritório. Se não houvesse uma CPCJ, uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens na nossa cidade, em muitas coisas, se calhar, estaríamos bem piores. Por isso, é de louvar todo este trabalho, -----

----- O relatório está bem feito. Obviamente que existem dualidades que todos nós as conhecemos. Poderia ser melhorado, podia. Mas, acima de tudo, temos que louvar o trabalho que tem sido feito até aqui e a dedicação com que as comissárias e comissários, que muitos deles (da alargada) não estão sequer a ser remunerados, mas dão o seu tempo livre para fazer aquilo que nós aqui, muitas vezes não fazemos. Que se chama “política à séria”. -----

----- Foi dada a palavra à **Dr.ª Fernanda Alves, Presidente da Comissão**: Quero apenas fazer algumas considerações. Agradecer a colaboração que todos têm dado. -----

----- Antes de mais, agradecer à equipa da CPCJ, pois o trabalho não se faz sozinho. De facto, a equipa existente é uma equipa muito empenhada e que se tem esforçado por dar alguma celeridade a todos os processos. -----

----- Tiveram oportunidade de ver que no relatório houve alguma diminuição de processos, estamos em crer, e com a humildade que me proponho e faz parte da minha maneira de ser, dizer que tem sido obra de um trabalho bastante dinâmico, bastante célere, da atenção dos elementos da CPCJ. -----

----- Muito rapidamente, só deixar aqui duas notas. A diminuição do absentismo escolar, neste caso, sinalizado à CPCJ. Estamos em crer que está a ser feita uma boa articulação com o Agrupamento. Houve uma reunião de procedimentos, que já tive oportunidade de aqui referir anteriormente e penso que deu resultados, pois ninguém nasce ensinado e os docentes têm tanto em que pensar que, às vezes, o desconhecimento das situações também leva a algumas situações, eu diria, menos corretas de sinalizações. Isso foi um ponto que verificou uma grande mudança. -----

----- Dizer-vos também que continuamos com a violência doméstica em primeiro lugar. Grande parte das sinalizações tem sido por violência doméstica; em segundo lugar temos os comportamentos graves antissociais e de indisciplina e, em terceiro lugar, o absentismo (que já

esteve em primeiro lugar) e também em posição de quarto lugar, por comportamentos de terceiros. -----

----- Muito poderia dizer sobre o relatório, mas não vale a pena, toda a gente o recebeu e, estamos cá para esclarecer. Chamamos a atenção no relatório para uma situação que já foi aqui muito referida hoje na Assembleia Municipal, e que também teve influência na atuação da CPCJ, que é a questão, da realidade atual no Entroncamento, dos migrantes que se estão a deslocar. -----

----- Dizer-vos que não nos têm dado muitos problemas, ou seja, as sinalizações que são feitas, são muitas vezes por desconhecimento dos próprios. Há situações mais graves, mas a grande maioria de sinalizações feitas, referentes a pessoas que vêm de fora do Entroncamento, é porque têm culturas diferentes, é porque não têm conhecimento de quais são as leis do nosso país, quais são as regras e, daí, agradecer aqui ao senhor Presidente da Assembleia, que falou já sobre o Conselho Municipal de Segurança, do qual também faz parte, para tentar perceber de que forma é que podemos informar e, com a colaboração da Câmara, sempre, as pessoas que vão chegando à cidade. -----

----- Dizer-vos ainda que, em termos de nacionalidade, que isto também é significativo, temos em primeiro lugar, obviamente, os portugueses, em segundo das sinalizações são de crianças vindas do Brasil e em terceiro lugar as crianças vindas de Angola. -----

----- Não temos tido grandes dificuldades em acompanhar as pessoas, a maior parte das vezes é mesmo a questão da ignorância. -----

----- Já falei das culturas, o que é violência para mim, que sou portuguesa, pode não ser para outras culturas e, portanto, há um trabalho grande a fazer nesta área. -----

----- Dizer-vos que a CPCJ, na sua modalidade alargada, está a preparar um ciclo de reflexão em torno da violência doméstica. Temos um grupo de trabalho que está a trabalhar nesse sentido. Vai fazer parte do nosso Plano Anual de Atividades. Vai ser levado agora a reunião para aprovação, precisamente porque estamos preocupados com as questões de violência doméstica ligada à diversidade, à multiculturalidade existente no Entroncamento. Este é o nosso desafio e estamos neste momento em preparação. -----

----- Por último, deixava aqui uma sugestão a toda a Assembleia. Nós estamos a preparar, porque achávamos que era necessário, algumas sessões de esclarecimento junto de muitas entidades no Entroncamento. As pessoas não sabem. Sabem o que é uma CPCJ, acham que é um “bicho papão”, isto já está desmitificado, mas muitas vezes ainda não sabem como agir. E à semelhança daquilo que se fez com o agrupamento, de esclarecimento e partilha. Os professores são pessoas que estão muito diretamente ligadas com estas questões e foi uma mais valia. -----

----- Fizemos uma primeira sessão com uma entidade do Entroncamento, que são os Bombeiros Voluntários, penso que foi profícua, deu bastante resultado, as pessoas colocaram questões muito pertinentes, porque não sabem como é que funciona, como é que podem sinalizar, qual o procedimento de uma CPCJ, o trabalho que um comissário tem, desde que há uma sinalização até que cheguemos a uma conclusão. É um trabalho muito árduo e que requer muito tempo. ----

----- Se me permitem, deixava aqui um desafio, se me é permitido, fazer uma sessão de esclarecimento numa próxima Assembleia Municipal, se assim o entenderem. Se o senhor Presidente entender, discutiremos numa reunião da Comissão Permanente. -----

----- Deixava aqui este desafio, pois teremos todo o gosto em partilhar convosco e fazer uma espécie de sessão de esclarecimento, no sentido de, também desse lado, perceberem o Trabalho da CPCJ e de esclarecer algumas situações que acharem por bem. -----

----- Fez uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Vamos terminar esta Ordem de Trabalhos, queria solicitar, mais uma vez, que façam chegar aos serviços da Assembleia todas as declarações de voto e as intervenções que foram possíveis, de forma a facilitar a elaboração da Ata e a clarificar o seu conteúdo. -----

----- A senhora deputada Paula Carloto, solicitou intervir, para apresentar um protesto que pretende que fique registado em Ata. -----

PROTESTO DA BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

«A Bancada do PSD lavra o presente protesto, em ata, já que, após a intervenção da senhora Vice-Presidente, primeiro e em particular e em defesa da honra da Bancada, quando esteve em causa a referência negativa a um eleito do PSD, que é um eleito desta autarquia. Em geral, porque não é digno de um vereador pôr em causa o direito constitucional de todos os cidadãos a recorrerem aos tribunais e, muito menos, qualificar facciosa e publicamente, um resultado. Não é assim que se dignifica a política.» -----

----- Voltou ao uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: Agradeço a presença de todos, agradeço a disponibilidade de terem participado nesta sessão e agradeço aos serviços técnicos que asseguraram estes trabalhos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinco minutos. -----

----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

----- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário:

Elaborada por
Ana Paula Rosão – Assistente Técnica